Suplemento
abril de 2024

A DECLINA DA HEGEMONIA DOS EUA & A LUTA PELO PODER OPERARIO

UM PROGRAMA PARA A QUARTA INTERNACIONAL

Documentos da Oitava Conferência da Liga Comunista Internacional

BRASIL...R$2 EE.UU....$1 EUROPA...1€

Liga Comunista Internacional (Quarta-Internacionalista)
Box 7429 GPO, New York, NY 10116, USA • iclfi.org • 𝕏@SpartacistICL • spartacist@spartacist.org

A declina da hegemonia dos EUA e a luta pelo poder operario

Um programa para a Quarta Internacional

INTRODUÇÃO

O documento que se segue foi adotado pela Oitava Conferência Internacional da LCI.

Os trinta anos que se seguiram ao colapso da União Soviética foram, sob qualquer ponto de vista, anos de relativa estabilidade à escala da história mundial. Este período teve as suas crises e conflitos sangrentos, mas foram mais a exceção do que a norma e foram suaves quando comparados com as convulsões do século XX. Os conflitos armados foram de menor intensidade, o nível de vida de milhões de pessoas melhorou e em muitas partes do mundo assistiu-se à liberalização social. Como é que isto foi possível após a destruição da URSS, uma derrota catastrófica para a classe operária internacional?

A classe dominante imperialista e os seus bajuladores proclamaram que estes desenvolvimentos provavam decisivamente a superioridade do capitalismo liberal dos EUA sobre o comunismo. Qual foi a reação dos que reivindicavam o manto marxista? O Partido Comunista da China (PCC) tornou-se o porta-estandarte da globalização económica, aproximando-se da Organização Mundial do Comércio (OMC) e relegando o socialismo para fins meramente cerimoniais. Muitos estalinistas pró-Moscovo simplesmente desintegraram-se. Quanto aos agrupamentos trotskistas, perseguiram os movimentos liberais contra a guerra, a austeridade e o racismo, incapazes de justificar a necessidade de um partido revolucionário. Enquanto alguns "marxistas" continuaram a pregar o socialismo para o futuro, nenhum construiu uma oposição revolucionária ao triunfalismo liberal.

Atualmente, o vento abandonou as velas do liberalismo. A pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia marcaram um ponto de viragem na situação mundial. A crise está a tornar-se a norma e a estabilidade a exceção. Como a hegemonia dos Estados Unidos está ameaçada e todos os factores que favoreciam a estabilidade estão a desaparecer, muito poucos têm a ilusão de que o caminho a seguir será suave. Embora o liberalismo ainda tenha os seus defensores—sobretudo no movimento operário—eles já não estão confiantes e na ofensiva, mas histéricos e reactivos, à medida que sentem o chão a derreter sob os seus pés. O liberalismo enfrenta agora verdadeiros adversários, desde o populismo de direita e de esquerda, o islamismo e o nacionalismo hindu até ao estalinismo chinês. Os próprios liberais estão a dilacerar-se uns aos outros por causa dos critérios do politicamente correto e da política identitária. Mas enquanto as nuvens se acumulam e o imperialismo norte-americano e os seus aliados procuram recuperar a iniciativa, a vanguarda do proletariado permanece desorganizada e desorientada.

A luta para libertar o movimento operário do oportunismo, iniciada por Lenin e continuada por Trotsky, deve ser retomada, aplicada às tarefas e à dinâmica do mundo de hoje. A Oitava Conferência Internacional da LCI e este documento procuram fornecer uma base para esta luta através de uma crítica do período pós-soviético de triunfalismo liberal e delineando alguns elementos básicos de análise e programa para a nova era de hoje caracterizada pela declina da hegemonia dos EUA. Como a classe trabalhadora do mundo enfrenta desastres e conflitos, mais do que nunca há uma necessidade urgente de um partido revolucionário de vanguarda internacional capaz de levar a classe trabalhadora ao poder.

I. Origens do mundo unipolar

Os Estados Unidos emergiram da Segunda Guerra Mundial como o líder indiscutível do mundo capitalista. A sua economia interna representava 50 por cento do PIB mundial. Detinha 80% das reservas mundiais de moeda forte, possuía o exército mais forte e era o principal credor do mundo. Utilizou este domínio para reformular a ordem internacional. O sistema de Bretton Woods estabeleceu o dólar americano como moeda de reserva mundial e foi criada toda uma série de instituições (ONU, FMI, Banco Mundial, OTAN) para consagrar o domínio dos EUA e lançar as bases de uma ordem mundial capitalista liberal.

Apesar do esmagador poder económico dos EUA, a URSS representava um importante contrapeso. O Exército Vermelho era uma força formidável e o seu controlo estendia-se a toda a Europa Oriental. Apesar das tentativas de Estaline para conseguir um acordo duradouro com o imperialismo americano, não foi possível qualquer acordo. A própria existência e força da União Soviética representavam um desafio ao domínio do capitalismo americano. Em todo o mundo, as lutas anti-coloniais estavam em pleno andamento e as forças anti-imperialistas olhavam para a URSS em busca de apoio político e militar. A vitoriosa Revolução Chinesa de 1949 aumentou ainda mais o peso do mundo não capitalista, criando histeria e pânico nos EUA. O mundo estava efetivamente dividido em duas esferas de influência concorrentes, representando dois sistemas sociais rivais.

À medida que as outras potências imperialistas se reconstruíam e os EUA se envolviam numa aventura militar anticomunista atrás de outra, apareceram os primeiros sinais claros de sobre-extensão. A derrota dos EUA no Vietname foi um ponto de viragem, abrindo um período de turbulência económica e política no país e no estrangeiro. No início da década de 1970, havia fortes razões para acreditar que o chamado "Século Americano" estava a enfrentar um fim prematuro. No entanto, as aberturas revolucionárias do final dos anos 60 e início dos anos 70—França ('68), Checoslováquia ('68), Quebeque ('72), Chile ('70-73), Portugal ('74-75), Espanha ('75-76)—acabaram todas em derrota. Ao assegurar essas derrotas, a liderança oportunista da classe operaria deu ao imperialismo o espaço necessário para se estabilizar. No final dos anos 70 e início dos anos 80 estava de volta à ofensiva, marcando o início da era neoliberal de privatização e liberalização económica. Em 1981, Reagan deu uma derrota

decisiva à classe trabalhadora dos EUA ao esmagar a greve dos controladores de tráfego aéreo PATCO. Seguiram-se outras derrotas para a classe operaria internacional, nomeadamente a dos mineiros britânicos em 1985. Neste período, foi exercida cada vez mais pressão sobre a URSS, com a Guerra Fria a atingir novos patamares e os EUA a explorarem a cisão sino-soviética através da sua aliança anti-soviética com a China.

No final da década de 80, a URSS e o bloco de Leste encontravam-se em profundas dificuldades económicas e políticas. A retirada do Exército Vermelho do Afeganistão e a vitória contrarrevolucionária do Solidarność na Polónia desmoralizaram ainda mais a burocracia no poder em Moscovo. Depois de Moscovo ter vendido a DDR (Alemanha de Leste) e ter aderido à reunificação alemã, não demorou muito a vender a própria União Soviética. As pressões do imperialismo mundial, combinadas com a desmoralização da classe trabalhadora resultante de décadas de traição estalinista, levaram à liquidação final das conquistas da Revolução de outubro. Em 1991, o equilíbrio internacional das forças de classe tinha-se deslocado decisivamente a favor do imperialismo à custa da classe operaria e dos oprimidos do mundo.

II. CARÁCTER REACIONÁRIO DO PERÍODO PÓS-SOVIÉTICO

Ultraimperialismo *made in the USA*

Com o colapso da URSS, a ordem mundial deixou de ser definida pelo conflito de dois sistemas sociais e passou a ser definida pela hegemonia dos Estados Unidos. Não existia nenhum país ou grupo de países que pudesse rivalizar com os EUA. O seu PIB era quase o dobro do seu rival mais próximo, o Japão. Controlava o fluxo de capital global. Militarmente, nenhuma potência podia sequer aproximar-se. O modelo americano de democracia liberal foi proclamado o pináculo do progresso com o qual se esperava que todos os países convergissem.

Em muitos aspectos, a ordem que emergiu assemelhava-se ao “ultraimperialismo”, um sistema em que as grandes potências concordam em pilhar conjuntamente o mundo. Isto não foi provocado pela evolução pacífica do capital financeiro, como projetado por Karl Kautsky, mas pela supremacia de uma única potência construída sobre as cinzas do imperialismo europeu e japonês após a Segunda Guerra Mundial. Os EUA reconstruíram estes impérios a partir dos seus restos e unificaram-nos numa aliança anti-comunista durante a Guerra Fria. Quando a Guerra Fria terminou, esta frente unida imperialista não foi desfeita, mas sim reforçada em muitos aspectos. Por exemplo, a reunificação alemã não levou a um aumento das tensões na Europa, como muitos temiam, mas foi feita com a bênção dos EUA e da OTAN.

A estabilidade excecional do período pós-soviético pode ser explicada pelas vantagens esmagadoras detidas pelos Estados Unidos sobre os seus rivais, combinadas com a abertura ao capital financeiro de grandes extensões de mercados anteriormente inexplorados. Um terço da população mundial vivia em países não capitalistas em 1989. A onda de contrarrevolução que começou nesse ano levou à destruição completa de muitos dos Estados operários, ou—como no caso da China—à abertura ao capital imperialista, mantendo as bases de uma economia colectivizada. Estes desenvolvimentos deram ao imperialismo um novo sopro de vida. Em vez de se dividirem entre si por quotas de mercado, a Alemanha, a França, a Grã-Bretanha e os EUA trabalharam em conjunto para trazer a Europa de Leste para o rebanho político e económico do Ocidente. A União Europeia (UE) e a OTAN expandiram-se em simultâneo até às fronteiras da Rússia. Na Ásia, verificou-se uma situação análoga: os EUA e o Japão trabalharam em conjunto para promover e explorar a liberalização económica na China e no resto da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático.

A frente unida das grandes potências não deu ao resto do mundo outra alternativa senão a de se submeter aos ditames políticos e económicos dos EUA. Num país após outro, o FMI e o Banco Mundial reescreveram as regras de acordo com os interesses do capital financeiro dos EUA. Este “neoliberalismo” já estava bem encaminhado nos anos 80, mas a destruição da União Soviética deu-lhe um novo ímpeto. Os poucos países que recusaram ou foram impedidos de seguir o caminho traçado pelos Estados Unidos (Irão, Venezuela, Coreia do Norte, Cuba, Iraque, Afeganistão) não representavam uma ameaça significativa para a ordem mundial.

Esta relação de forças favorável não só criou oportunidades de investimento lucrativas para os imperialistas, como também reduziu os riscos associados ao comércio externo. Os capitalistas podiam investir e negociar no estrangeiro sabendo que o domínio político e militar dos Estados Unidos os protegia de um conflito grave ou de um governo demasiado hostil. Estes factores conduziram a um crescimento significativo do comércio internacional, à deslocalização enorme da produção e a uma explosão da circulação internacional de capitais, ou seja, à globalização.

Uma resposta marxista à globalização

Os defensores do imperialismo liberal atribuem à globalização um importante aumento do nível de vida em muitas partes do mundo e uma descida generalizada dos preços dos bens de consumo. É inegável que a extensão da divisão global do trabalho nos últimos 30 anos conduziu a um desenvolvimento das forças produtivas a nível internacional. Por exemplo, o consumo de energia per capita nos países de rendimento baixo e médio mais do que duplicou, a alfabetização mundial aumentou para quase 90 por cento, a produção automóvel mais do que duplicou e o mesmo aconteceu com a produção de aço. À primeira vista, estes desenvolvimentos progressivos parecem entrar em conflito com a teoria marxista do imperialismo, que defende que o capitalismo chegou à sua fase final, em que o domínio do capital monopolista conduz ao parasitismo e à decadência a longo prazo. No entanto, longe de ser contraditória com o curso dos acontecimentos, a análise marxista é a única capaz de os explicar plenamente e, nesse processo, mostrar como a ordem mundial liberal conduz, não a um progresso social e económico gradual, mas a uma calamidade social.

Para começar, não é de modo algum necessário atribuir um papel progressivo ao capital financeiro para explicar um crescimento sustentado das forças produtivas. As condições que se seguiram ao colapso da União Soviética—ameaça militar reduzida, movimento laboral enfraquecido, risco reduzido no investimento estrangeiro, liberalização generalizada—permitiram ao imperialismo, durante algum tempo, ultrapassar a sua tendência para o declínio. De facto, o próprio Trotsky projectou esta possibilidade:

> “Teoricamente, é certo que não está excluído um novo capítulo de progresso capitalista ***geral*** nos países mais poderosos, dominantes e líderes. Mas, para isso, o capitalismo teria primeiro de ultrapassar enormes barreiras, tanto de classe como de carácter interestatal. Teria de estrangular a revolução proletária durante muito tempo; teria de escravizar completamente a China, derrubar a república soviética, etc.”
>
> —*A Terceira Internacional Depois de Lenin* (1928)
> [Tradução do texto em inglês]

Foi exatamente isso que aconteceu. Após uma mudança dramática na relação de forças de classe em detrimento do proletariado, o capitalismo ganhou um novo fôlego. Mas isto só podia

ser uma pausa temporária na tendência geral do imperialismo para o declínio, que está agora a regressar à norma.

Em segundo lugar, para os defensores do capitalismo, a superioridade dos mercados livres sobre as economias planificadas é provada pela comparação dos níveis de vida nos Estados operários deformados da Europa de Leste com os de hoje (a Polónia é o exemplo padrão). De facto, esta afirmação pode ser refutada mesmo deixando de lado o facto de que, em certas medidas, as condições pioraram—desigualdade, estatuto das mulheres, emigração em massa, etc. Os marxistas ortodoxos—ou seja, os trotskistas—sempre argumentaram que as economias planificadas dos Estados operários isolados, apesar das suas enormes vantagens, não podiam prevalecer sobre as das potências capitalistas avançadas devido à maior produtividade destas últimas e à divisão internacional do trabalho. Os estalinistas afirmavam que a União Soviética por si só (e mais tarde com os seus aliados) poderia ultrapassar os países capitalistas avançados através de uma "coexistência pacífica" com o imperialismo. Mas é precisamente a impossibilidade de coexistência pacífica que exclui essa possibilidade.

As potências imperialistas mantiveram sempre uma pressão económica e militar extrema sobre a URSS e os outros países do Pacto de Varsóvia, cujo desempenho económico foi prejudicado por estas agressões. A isto juntou-se a má gestão burocrática que necessariamente advém da tentativa de "construir o socialismo" em condições de isolamento e pobreza. O crescimento económico sustentado da Polónia capitalista deve-se à sua plena integração no comércio global—uma possibilidade vedada à devastada economia do pós-guerra da República Popular da Polónia. Não se pode comparar de forma justa o nível de vida de um castelo cercado com o de um que não está. A superioridade das economias planificadas é totalmente óbvia quando se olha para o incrível progresso alcançado ***apesar do*** ambiente internacional hostil em que se encontravam. Isto é verdade para a Polónia, tal como é verdade para a União Soviética, Cuba, China e Vietname.

Em terceiro lugar, os defensores da ordem mundial liberal argumentam que, uma vez que a intensidade e o número de guerras diminuíram desde a Segunda Guerra Mundial e diminuíram ainda mais desde o colapso da União Soviética, isso prova que o liberalismo e a globalização conduzem gradualmente à paz. Embora alguns aspectos factuais desta afirmação possam ser contestados, é inegável que nenhum conflito nos últimos 75 anos se aproximou do massacre industrial que teve lugar nas duas guerras mundiais. Até hoje, "manter a paz na Europa" continua a ser o principal argumento utilizado para defender a UE. A verdade é que a ausência de uma nova guerra mundial é apenas um produto da supremacia dos Estados Unidos sobre os seus rivais—uma relação de forças necessariamente temporária. Como explicou Lenin:

> "Basta formular claramente a pergunta para que seja impossível dar-lhe uma resposta que não seja negativa, pois sob o capitalismo não se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias, etc., além da força de quem participa na divisão, a força econômica geral, financeira, militar, etc. E a força dos que participam na divisão não se modifica de forma idêntica, visto que sob o capitalismo é impossível o desenvolvimento igual das diferentes empresas, trusts, ramos industriais e países....
>
> "Por isso, as alianças 'interimperialistas' ou, ultraimperialistas, no mundo real capitalista, e não na vulgar fantasia filistina dos padres ingleses ou do 'marxista' alemão Kautsky—seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas—só podem ser, inevitavelmente, 'tréguas' entre guerras."
>
> —*O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1916)

Aceitar que o período pós-soviético foi de relativa paz não apaga de modo algum o facto de ter havido numerosas guerras que foram bastante brutais. O exército americano tem-se envolvido quase continuamente em guerras de baixa intensidade para afirmar o seu poderio militar e garantir o seu direito de subjugar "pacificamente" milhões de pessoas através da expansão do capital financeiro. Longe de conduzir à paz mundial, esta dinâmica apenas prepara novas guerras de brutalidade inimaginável para redividir o mundo uma vez mais.

Em quarto lugar, o crescimento das forças produtivas ocorreu não devido a um mítico comércio livre, mas sob o jugo e de acordo com os interesses do capital monopolista controlado por algumas grandes potências. Isto significou que qualquer progresso a curto ou médio prazo que tenha ocorrido em certas regiões do mundo, veio acompanhado de uma maior dependência dos caprichos financeiros das potências imperialistas, principalmente dos EUA. Por exemplo, podemos olhar para vários indicadores sócio-económicos e observar uma melhoria do nível de vida no México desde os anos noventa. Mas isso foi feito à custa de uma subordinação económica muito mais profunda aos Estados Unidos e da devastação de certas camadas da população, em particular do campesinato. Esta situação significa que, em épocas de crescimento, os imperialistas retiram enormes lucros das suas dependências e, quando a crise se instala, podem exigir concessões políticas e económicas extorsivas, aprofundando ainda mais a sua opressão nacional. Tudo isto demonstra que o crescimento económico a curto prazo não vale o preço da escravatura ao imperialismo.

Por último, e mais importante, o colapso da União Soviética não anunciou uma fase superior do progresso humano, mas o triunfo do imperialismo americano, que não é outra coisa senão o domínio dos rentistas financeiros americanos sobre o mundo. É o próprio domínio desta classe que limita o desenvolvimento das forças produtivas e conduz ao declínio social. Isto é verdade em primeiro lugar e acima de tudo para os próprios EUA. No *Imperialismo,* Lenin explicou:

> "A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos rentiers e a produção, imprime uma marca de parasitismo a todo o país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar."

Isto descreve perfeitamente o carácter da economia dos EUA. O crescimento sem precedentes dos seus interesses financeiros internacionais esvaziou a própria fonte do poder global dos EUA, a sua outrora poderosa base industrial. O deslocalização da indústria, o subinvestimento crónico em infra-estruturas, os preços astronómicos da habitação, uma indústria de cuidados de saúde sugadora de sangue, uma educação demasiado cara e de baixa qualidade: tudo isto são produtos do carácter cada vez mais parasitário do capitalismo americano. Até o poderio militar dos EUA está a ser minado pelo esvaziamento da indústria.

A classe dominante americana tem procurado compensar o declínio económico do país através da especulação selvagem, do crédito barato e da impressão de dinheiro. Como observou Trotsky, "quanto mais pobre a sociedade cresce, mais rica ela parece, vendo-se no espelho deste capital fictício" ("A crise económica mundial e as novas tarefas da Internacional Comunista", junho de 1921 [Tradução do texto em inglês]). Isto anuncia um desastre económico. Todo o tecido social do país está a apodrecer e cada vez mais camadas da classe operaria e dos oprimidos são atiradas para a miséria.

Esta decadência interna é acompanhada por um declínio do peso económico no mundo. Enquanto representava 36% do PIB mundial em 1970, a economia dos EUA representa atualmente

menos de 24%. Esta tendência foi seguida por todos os países imperialistas. Enquanto em 1970 as cinco principais potências (EUA, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha) representavam em conjunto 60% do PIB mundial, atualmente essa percentagem é de 40%. Por um lado, o aumento fenomenal da exportação internacional de capitais produziu a decadência; por outro lado, integrou ainda mais muitos países nas modernas relações capitalistas, criando um gigantesco proletariado na Ásia Oriental e noutras partes do mundo.

São os chamados países de rendimento médio, e a China em particular, que viram o seu peso na economia mundial aumentar. No entanto, apesar deste progresso económico, estes países continuam subordinados ao capital financeiro internacional. No que diz respeito ao poder financeiro, os Estados Unidos permanecem incontestados: o dólar continua a reinar supremo, os Estados Unidos controlam as principais instituições internacionais e 14 das 20 maiores empresas de gestão de activos são americanas, controlando um capital combinado de 45 triliões de dólares, o equivalente a cerca de metade do PIB mundial. (As outras seis principais empresas de gestão de activos são suíças, francesas, alemãs ou britânicas. Das 60 maiores, nenhuma é da China, da Coreia do Sul ou de qualquer outro dos chamados "novos países industrializados"). A contradição crescente entre a posição hegemónica que os EUA ainda detêm e o seu reduzido poder económico real não é sustentável e é a causa principal da crescente instabilidade económica e política no mundo.

O crescimento do comércio mundial, a industrialização dos países neocoloniais, o desenvolvimento da China—todos estes factores estão a minar a hegemonia dos EUA. Para manter a sua posição, os EUA têm de inverter a dinâmica atual. Isto significa destruir as bases da globalização, confrontando a China, pressionando as neocolónias, aumentando as barreiras tarifárias e reduzindo as migalhas dadas aos seus aliados. Fundamentalmente, o argumento mais definitivo contra a globalização é o facto de o desenvolvimento das forças produtivas ir contra os interesses da própria classe em que assenta a globalização, a burguesia imperialista americana. Só isso já estabelece que não passa de uma fantasia reacionária tentar manter ou "consertar" a ordem mundial liberal.

Isto não quer dizer que, tal como em 1989, não seria possível para os EUA conseguirem reforçar a sua posição. Mas isso só poderia ser conseguido à custa de derrotas catastróficas para a classe trabalhadora internacional e não faria nada para deter a inexorável decadência do imperialismo. A única força que pode pôr fim à tirania imperialista e dar início a uma fase de desenvolvimento verdadeiramente superior é a classe trabalhadora. A globalização reforçou, de facto, o potencial revolucionário do proletariado, tornando-o hoje mais poderoso, mais internacional e mais oprimido a nível nacional do que nunca. Mas, até à data, este facto não se traduziu num aumento da força política. Neste aspeto, o período pós-soviético fez com que o movimento operário recuasse muito.

III. O LIBERALISMO E O MUNDO PÓS-SOVIÉTICO

Triunfalismo liberal

O colapso da União Soviética conduziu não só a grandes mudanças no equilíbrio económico, político e militar das forças internacionais, mas também a grandes mudanças ideológicas. Durante a Guerra Fria, as classes dominantes do Ocidente apresentavam-se como defensoras da democracia e dos direitos individuais contra a tirania do "comunismo totalitário". No fundo, tratava-se de uma justificação ideológica para a hostilidade contra os Estados operários deformados e as lutas anticoloniais. Com o desmoronamento do bloco soviético, o comunismo foi proclamado morto e o triunfalismo liberal tornou-se a ideologia dominante, reflectindo a mudança de prioridades dos imperialistas, que passaram do confronto com o "comunismo" para a penetração nos mercados recém-abertos da Europa de Leste e da Ásia.

O livro de Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem* (1992), resume a arrogância e o triunfalismo do início do período pós-soviético. O capitalismo liberal foi proclamado como o pináculo da civilização humana, destinado a espalhar-se por todo o mundo. É claro que subjacente a esta visão fantasiosa estava a extensão muito real do capital imperialista por todo o mundo. O triunfalismo liberal foi a justificação ideológica para este processo. Os Estados Unidos e os seus aliados governaram o mundo em nome do progresso económico e social—uma versão modernizada do fardo do homem branco.

Foi por detrás desta cobertura ideológica que os EUA conduziram as suas várias intervenções militares no período pós-soviético. A primeira Guerra do Golfo e a intervenção na Sérvia destinavam-se a "proteger as pequenas nações". A intervenção na Somália foi para "salvar os famintos". Esta ideologia foi consagrada pela ONU como a "responsabilidade de proteger" (R2P). Como o nome da doutrina indica, proclamava que as grandes potências têm a responsabilidade de intervir militarmente para proteger os povos oprimidos do mundo. Foi em parte devido ao facto de a guerra de Bush Jr. no Iraque não se enquadrar perfeitamente nesta categoria que houve tanta oposição à mesma. Dito isto, nos seus fundamentos, não foi diferente de outras intervenções dos EUA neste período. O seu objetivo era, em primeiro lugar e acima de tudo, afirmar a hegemonia dos EUA no mundo e não assegurar benefícios económicos ou estratégicos a longo prazo. Os aliados dos EUA que se opuseram a intervenções como a do Iraque fizeram-no porque não consideraram que valesse a pena investir recursos substanciais para mostrar mais uma vez que os EUA podiam esmagar um pequeno país. É melhor colher os benefícios da ordem dos EUA sem pagar os custos.

Muito mais importante do que os conflitos armados deste período foi a penetração económica do capital financeiro imperialista em todos os cantos do mundo. O próprio processo de globalização foi acompanhado e ajudado por toda uma série de princípios ideológicos. Uma espécie de internacionalismo imperialista tornou-se consensual na maioria dos países ocidentais. Dizia-se que o Estado-nação era coisa do passado, e o comércio livre, os mercados de capitais abertos e os elevados níveis de imigração eram vistos como o caminho para o progresso e a paz mundial. Mais uma vez, estes grandes princípios reflectiam os interesses específicos da classe dominante e foram utilizados para espezinhar os direitos nacionais dos países oprimidos, desindustrializar o Ocidente, importar mão de obra barata e abrir os mercados ao capital e às mercadorias imperialistas.

O movimento operário no período pós-soviético

No período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, a classe trabalhadora não tinha à sua frente uma vanguarda revolucionária consciente. No entanto, teve uma série de conquistas significativas: a União Soviética, os novos Estados operários do pós-guerra (aos quais se juntaram mais tarde a China, Cuba, Vietname e Laos) e um poderoso movimento operário no mundo capitalista. Este último incluía sindicatos fortes e partidos operários de massas. No entanto, em cada um destes

casos, as direcções oportunistas e burocráticas enfraqueceram e esvaziaram constantemente estes bastiões do poder da classe trabalhadora. Quando os sindicatos nos EUA e na Grã-Bretanha estiveram sob ataque concertado e ardente nos anos 80, as suas direcções mostraram-se incapazes de repelir essas ofensivas, apesar dos sacrifícios heróicos dos trabalhadores. Na Europa de Leste, a burocracia soviética liquidou uma posição atrás da outra sem dar luta, até que finalmente se liquidou a si própria. No seu conjunto, estas derrotas desmobilizaram toda a posição do proletariado internacional no pós-guerra.

Estas catástrofes foram exploradas pelos capitalistas, que se aproveitaram delas para obter cada vez mais ganhos de um movimento operário enfraquecido e desorientado. Em quase todo o mundo, a filiação sindical diminuiu, as indústrias e serviços públicos nacionalizados foram privatizados, os partidos operários, como o outrora poderoso Partido Comunista Italiano, foram simplesmente liquidados e, no Ocidente, cada vez mais indústrias foram encerradas. Estes golpes objectivos na classe trabalhadora causaram desmoralização e uma viragem à direita no movimento operário.

Nos países imperialistas, a maior parte dos líderes social-democratas, os restos estalinistas e as cúpulas sindicais abraçaram abertamente o triunfalismo liberal. O reformismo da velha guarda e o sindicalismo eram considerados demasiado radicais para esta nova era. Dizia-se que a luta de classes tinha acabado, os sindicatos tinham de se tornar respeitáveis (ou seja, impotentes) e o socialismo era visto como utópico, na melhor das hipóteses. Havia oposição no movimento operário à privatização e ao comércio livre, mas era mínima e minada pela crença de que eram inevitáveis. O projeto Novo Trabalhismo de Tony Blair simbolizava esta mudança de direita. Procurou transformar o Partido Trabalhista britânico, de um partido da classe trabalhadora baseado nos sindicatos, num partido semelhante ao Partido Democrático dos EUA. No governo, avançou com reformas neoliberais radicais revestidas de um verniz de modernismo e valores sociais progressistas. À medida que estes novos “líderes operários”, na Grã-Bretanha e noutros locais, rejeitavam a própria existência de um movimento operário e todos os princípios sobre os quais este foi construído, as organizações tradicionais foram sendo enfraquecidas e esvaziadas. O domínio do liberalismo nos sindicatos e nos partidos operários equivaleu basicamente ao facto de o movimento operário ter serrado as suas próprias pernas, levando-o ao estado enfraquecido em que se encontra hoje.

Os países oprimidos pelo imperialismo

No Ocidente e no Japão, a posição da classe operária foi prejudicada pela deslocalização da indústria. No entanto, em muitos países oprimidos pelo imperialismo, a indústria prosperou, mas o proletariado continuou a ver a sua posição política substancialmente degradada no período pós-soviético. Como explicar esta fraqueza no contexto de um reforço objetivo da classe operária? Tendo em conta as grandes variações entre países, é possível estabelecer uma tendência geral. O contexto internacional dos anos 80 e 90 levou a que o imperialismo reforçasse o seu controlo sobre os países “em desenvolvimento” e “emergentes”. Este facto, por sua vez, favoreceu o reforço do liberalismo em detrimento do nacionalismo do Terceiro Mundo e da política militante da classe trabalhadora. Embora o liberalismo em questões sociais como a sexualidade, a raça e a religião não tenha progredido muito, o liberalismo económico (neoliberalismo) e, em certa medida, o liberalismo político (democracia formal) tornaram-se dominantes.

A nível político, a convergência internacional para a democracia liberal foi, em parte, o resultado da política externa dos Estados Unidos, que cada vez mais considerava as reformas democráticas como uma forma óptima de conter as convulsões sociais. Mas os regimes internos dos países neocoloniais também foram grandemente afectados pelo enfraquecimento do movimento operário a nível internacional. As elites estavam mais confiantes na sua posição, o que lhes permitia fazer concessões, enquanto os oprimidos tinham uma mão mais fraca, o que aumentava a pressão sobre eles para que desistissem de uma mudança radical. Isto reduziu a agudeza das contradições internas, permitindo a países como a Coreia do Sul, Taiwan, Brasil e África do Sul substituir ditaduras quase totalitárias por uma certa democracia burguesa. Para os regimes que se baseavam mais na colaboração de classe do que na repressão, a mudança de contexto reduziu a necessidade de concessões ao movimento operário. No México, por exemplo, o velho regime corporativista de partido único que durou 70 anos foi gradualmente destruído, e com ele grande parte da influência dos sindicatos.

A nível económico, a existência da União Soviética permitiu aos países neocoloniais equilibrarem-se entre as duas grandes potências. Muitos regimes nacionalizaram sectores importantes das suas economias e tinham algum controlo dos fluxos de capitais nos seus países. Estes modelos eram ineficazes e corruptos, mas permitiam uma certa independência em relação aos Estados Unidos e aos outros imperialistas. O colapso da União Soviética pôs o último prego no caixão de tais modelos. Os países neocoloniais não tiveram outra alternativa senão alinhar-se totalmente com os ditames económicos dos imperialistas e abandonar as suas antigas estruturas corporativas e estatistas.

O movimento operário do mundo neocolonial também capitulou perante o aumento das pressões liberais, embora de formas diferentes das do Ocidente. Em certos casos, como o Brasil e a África do Sul, os partidos da classe trabalhadora anteriormente reprimidos, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista Sul-Africano, tornaram-se executores dos novos regimes “democráticos” neoliberais. No México, a resistência da classe trabalhadora ao neoliberalismo estava ligada ao Partido de la Revolución Democrática (PRD), uma cisão populista de esquerda do partido no poder. O PRD em si não se opunha a uma maior penetração do capital norte-americano no México, mas apenas procurava melhores condições para a violação do México. Em muitos países, o movimento operário misturou-se com o mundo das ONGs liberais, apoiando os “direitos humanos” e os “objectivos de desenvolvimento milenares” em vez da luta de classes. Assim, tínhamos uma situação em que a classe trabalhadora de muitos países estava a crescer em força económica, mas estava politicamente paralisada por lideranças que capitulavam perante fortes correntes nacionais e internacionais que pressionavam no sentido do liberalismo e da integração com o imperialismo mundial.

Neoliberalismo com características chinesas

As perspectivas pareciam sombrias para o Partido Comunista da China após a vaga contrarrevolucionária que se propagou da Alemanha de Leste à URSS. O esmagamento sangrento da revolta de Tiananmen, em 1989, tinha isolado o regime na cena mundial. Para os EUA e os seus aliados, era apenas uma questão de tempo até que a China seguisse o caminho da União Soviética e se integrasse no crescente círculo democrático liberal. Mas não foi esse o caminho seguido pelo PCC. A lição que retirou de Tiananmen e das contra-revoluções no bloco de Leste foi que, para se manter no poder, precisava de combinar um elevado crescimento económico com um controlo político apertado. Para o conseguir, o Partido Comunista redobrou o caminho da “reforma e abertura” iniciado por Deng Xiaoping no final dos anos 70, que consistiu

na liberalização do mercado na agricultura e na indústria, em privatizações e na atração de capitais estrangeiros. Atualmente, o controlo do Partido Comunista sobre o poder parece mais firme do que nunca. Para o PCC e os seus defensores, a China está a ser guiada pela corrente da história através das políticas esclarecidas dos seus líderes. Mas, como as correntes agitadas da luta de classes tornarão claro, este aparente sucesso tem mais a ver com as águas estagnadas do período pós-soviético do que com as capacidades de direção do PCC.

Com a ameaça do "comunismo global" aparentemente desaparecida e com Deng a comprometer o partido a acolher o capital estrangeiro durante a sua "digressão ao sul" de 1992, o investimento imperialista inundou a China. As Zonas Económicas Especiais ofereciam um ambiente desregulamentado digno das melhores práticas neoliberais de mercado livre e uma enorme reserva de mão de obra barata, cuja submissão era garantida pelo PCC, enquanto a economia dirigida pelo Estado mobilizava enormes recursos para construir infra-estruturas e fábricas. Esta combinação produziu enormes lucros para o capitalismo monopolista, mas também um progresso económico e social sem paralelo na China. Nos três anos após 2008, a China utilizou mais cimento do que os Estados Unidos durante todo o século XX. Desde 1978, o crescimento do seu PIB tem sido, em média, de 9% ao ano e 800 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza. A integração da China na economia mundial permitiu enormes saltos de produtividade, abriu um novo mercado gigantesco e serviu de motor ao crescimento económico e ao aumento do comércio mundial. A ascensão da China é simultaneamente o maior êxito da ordem pós-soviética e a sua maior ameaça.

Para os sociais-democratas e os moralistas liberais, as políticas mercantilistas e repressivas do PCC são a prova de que a China é atualmente capitalista ou mesmo imperialista. Mas, ao contrário do que aconteceu na URSS e na Europa de Leste, o regime estalinista na China nunca abandonou o controlo da economia e do Estado. As principais alavancas económicas continuam a ser colectivizadas. Em muitos aspectos, o regime económico na China assemelha-se atualmente a uma versão extrema do que Lenin descreveu como "capitalismo de Estado": a abertura de certas áreas económicas à exploração capitalista sob a ditadura do proletariado.

Para uma avaliação marxista das políticas de Deng e dos seus sucessores, não se pode simplesmente rejeitar por princípio as reformas de mercado ou qualquer compromisso com o capitalismo. Em vez disso, é preciso olhar para os termos e objectivos dos acordos e verificar se eles reforçaram a posição global da classe trabalhadora. No Terceiro Congresso do Comintern, Lenin delineou da seguinte forma a sua abordagem às concessões estrangeiras no Estado operário soviético:

> "Reconhecemos com toda franqueza e não escondemos que, no sistema do capitalismo de Estado, as concessões implicam um tributo ao capitalismo. Mas ganharemos tempo e ganhar tempo significa ganhar tudo, sobretudo em uma época de equilíbrio, quando nossos camaradas do estrangeiro preparam a fundo sua revolução. Quanto mais a fundo a prepararem, mais segura será a vitória. Mas, enquanto isso, teremos que pagar um tributo."
>
> —"Informe sobre a tática do P.C. da Rússia" (5 de julio 1921)

Lenin procurou atrair capitais estrangeiros para a Rússia como forma de promover o desenvolvimento económico e ganhar tempo até que a revolução pudesse estender-se internacionalmente. Os compromissos que ele estava pronto a fazer não envolviam o menor indício de que a luta contra o capitalismo seria deixada de lado. Pelo contrário, ele insistia:

> "Esta luta assumiu novas formas, mas continua a ser uma luta. Cada concessionário continua a ser um capitalista e tentará enganar o poder soviético, enquanto nós, pelo nosso lado, devemos tentar aproveitar a sua rapacidade."
>
> —"Relatório sobre as concessões numa reunião do Grupo Comunista do Conselho Central dos Sindicatos de toda a Rússia" (abril de 1921) [Tradução do texto em inglês]

Em contrapartida, Deng Xiaoping proclamou que "não há contradição fundamental entre o socialismo e a economia de mercado" (1985). Para Deng e os seus sucessores, nunca se tratou de ganhar tempo para a revolução mundial, mas sim de perseguir o sonho de desenvolver a China em harmonia essencial com o mundo capitalista.

Embora os últimos 30 anos tenham produzido resultados surpreendentes quando se olha para os dados económicos brutos, o quadro é bastante diferente quando se avalia a força do Estado operário chinês numa base de classe. O desenvolvimento da China tem sido construído sobre uma base de areia: "coexistência pacífica" com o imperialismo mundial. Há uma contradição fundamental na ascensão da China: quanto mais forte se torna, mais compromete a condição que tornou possível a sua ascensão—a globalização económica sob a hegemonia dos EUA. Mas, em vez de mobilizar a classe trabalhadora internacional para a inevitável luta contra o imperialismo norte-americano, o PCC tem, desde há décadas, construído a sua fé na "interdependência económica", no "multilateralismo" e na "cooperação vantajosa para todos" como meios de evitar o conflito. Essas ilusões pacifistas enfraqueceram a República Popular da China (RPC) ao desarmar a classe trabalhadora, a única força que pode derrotar decisivamente o imperialismo.

A posição da China é ainda mais prejudicada pela poderosa classe capitalista interna que emergiu no continente e que tem um interesse direto na destruição do Estado operário. Longe de reconhecer esta ameaça mortal para o sistema social, o PCC tem encorajado abertamente o crescimento desta classe, enaltecendo os seus contributos para a construção do "socialismo com características chinesas". Não é preciso ser um estudioso de Marx para entender que uma classe cujo poder se baseia na exploração da classe trabalhadora é um inimigo mortal da ditadura do proletariado, um regime baseado no poder estatal da classe trabalhadora.

Para Lenin, o único princípio envolvido no estabelecimento de concessões capitalistas estrangeiras era preservar o poder do proletariado e melhorar suas condições, mesmo que isso significasse "150% de lucros" para os capitalistas. Ele baseou toda a sua estratégia no potencial revolucionário do proletariado, tanto na Rússia como no estrangeiro. Esta perspetiva não tem nada a ver com a da burocracia do PCC, que teme a revolução como a peste e, acima de tudo, procura a estabilidade política para manter os seus privilégios burocráticos. Longe de construir a "prosperidade comum", as políticas do PCC têm procurado manter subjugadas as aspirações da classe trabalhadora e manter as condições de trabalho tão miseráveis quanto possível para competir com os trabalhadores no estrangeiro e assegurar o investimento de capital. Aqueles que lucraram não foram as "pessoas que trabalham duro", mas uma pequena camarilha de burocratas e capitalistas. A verdade é que o PCC tem trabalhado com os capitalistas no país e no estrangeiro contra os trabalhadores na China e a nível internacional. Esta traição levada a cabo em nome do "socialismo" mancha a RPC aos olhos da classe trabalhadora internacional e mina a defesa da Revolução de 1949.

IV. COMBATENDO O LIBERALISMO COM O LIBERALISMO

O forte consenso político em todo o Ocidente pós-1991 não significou a inexistência de vozes discordantes à esquerda e à direita. No entanto, de um modo geral, esta dissidência não pôs

em causa as premissas ideológicas básicas da ordem mundial liberal e muito menos a base material desta ordem: o domínio do capital financeiro dos Estados Unidos. Os vários movimentos que surgiram na esquerda criticaram o status quo com base na moralidade liberal, ou seja, a partir dos fundamentos ideológicos básicos do status quo. Quer fossem contra o comércio livre, a guerra, o racismo ou a austeridade, os movimentos de esquerda tinham todos como premissa travar os excessos do imperialismo, mantendo o sistema global intacto mas sem os seus aspectos mais brutais. Como Lenin explicou sobre essas críticas ao imperialismo no seu tempo, não passavam de "desejos piedosos", uma vez que não reconheciam "os vínculos indissolúveis existentes entre o imperialismo e os trusts, e por conseguinte entre o imperialismo e os fundamentos do capitalismo" (*Imperialismo*). E assim os vários movimentos de esquerda no período pós-soviético denunciaram, fizeram petições, manifestaram-se, cantaram e comeram tofu, mas falharam completamente na construção de uma verdadeira oposição ao imperialismo liberal.

O Movimento Anti-Globalização

O movimento anti-globalização atingiu o seu auge nos protestos da OMC em Seattle, em 1999. Seguido de vários movimentos semelhantes em todo o mundo, este movimento acabou por dar origem ao Fórum Social Mundial. O movimento em si era uma mistura eclética de sindicatos, ambientalistas, ONGs, grupos indígenas, anarquistas e socialistas. Esta miscelânea não tinha qualquer coerência ou objetivo comum; era uma coligação entre os perdedores da globalização, que procuravam impedir que as rodas do capitalismo girassem, e a ala esquerda do liberalismo, que procurava tornar os seus ciclos menos brutais.

Nos sindicatos, a oposição à globalização foi impulsionada pela resistência da classe trabalhadora à perda de postos de trabalho devido ao deslocalização da indústria. Se fosse corretamente canalizada, esta raiva legítima da classe trabalhadora poderia ter alterado o equilíbrio das forças de classe a nível internacional e posto fim à ofensiva do capital financeiro. Isto teria exigido fortes lutas defensivas que confrontassem diretamente os interesses do capital monopolista: ocupações de fábricas, greves, campanhas de sindicalização. Mas os líderes sindicais fizeram o contrário.

Nos EUA, opuseram-se ao deslocalização da indústria e ao NAFTA [Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio], mas celebraram ativamente o domínio do capitalismo americano sobre o mundo, que eles próprios tinham ajudado a alcançar através do seu envolvimento na "luta contra o comunismo". Os sindicatos não podiam lutar em defesa do emprego e continuar a apoiar o próprio fator que conduz ao deslocalização da indústria—o domínio imperialista dos EUA. E apoiaram-no, desde as suas campanhas proteccionistas anti-mexicanas e anti-chinesas até ao apoio a Bill Clinton para presidente. Na Europa, mesmo a oposição formal ao comércio livre era muito mais fraca e muitos sindicatos fizeram campanha ativa a favor do Tratado de Maastricht e da UE. Os que não o fizeram, tal como os seus homólogos americanos, recusaram-se a lutar contra a classe dominante que estava por detrás da liberalização económica, procurando, em vez disso, um bloco entre o trabalho e o capital numa base nacional contra "interesses estrangeiros". Em ambos os casos, o resultado foi uma devastação total para a classe trabalhadora, com perdas maciças de emprego e a decadência de regiões inteiras.

O outro lado do movimento anti-globalização era constituído por várias ONG, anarquistas, ecologistas e grupos socialistas. Como a maioria destes grupos insistiu, não se opunham à globalização, mas procuravam uma globalização "mais justa", "democrática" e "respeitosa com o meio ambiente". Como explicámos anteriormente, a globalização não pode ser justa sob o jugo do imperialismo, e a ofensiva neoliberal só pode ser travada através do reforço da posição da classe trabalhadora internacional. O movimento antiglobalização não podia fazer nada para promover isto porque abraçou o mesmo triunfalismo liberal cujas consequências estava supostamente a combater. O movimento afirmava que a luta de classes tinha acabado e que os estados-nação tinham sido suplantados pelas corporações internacionais... por isso, obviamente, não organizou a luta de classes contra os estados imperialistas que apoiavam a globalização.

Como o movimento via a globalização como basicamente inevitável e considerava a classe trabalhadora como irrelevante, na melhor das hipóteses, não fez nada para se opor à perda de milhões de empregos. A esquerda denunciou o chauvinismo protecionista de certos burocratas sindicais e políticos reaccionários, mas fê-lo sem apresentar um programa de defesa do emprego e das condições de trabalho. Isto significava ser um eco de esquerda dos Bushes e dos Clintons, que também denunciavam o protecionismo e o nativismo, em benefício da expansão externa dos EUA. A verdade básica rejeitada pelo movimento antiglobalização é que uma verdadeira defesa dos empregos da classe trabalhadora nos EUA e na Europa não seria contra os interesses dos trabalhadores do Terceiro Mundo, mas reforçaria a sua posição, pondo um travão ao aumento da pilhagem imperialista. Para ser internacionalista, a classe trabalhadora não deve tornar-se "liberal" e "iluminada"; deve unir-se para derrubar o imperialismo. Qualquer luta contra a burguesia imperialista reunirá objetivamente a classe operária internacional e fazer-la separá das suas direcções nacionalistas.

Embora o movimento anti-globalização tenha conseguido provocar alguns motins, estes não constituíram uma ameaça para o imperialismo liberal. Paralisado por uma fidelidade fundamental ao status quo, o movimento acabou por ser apenas uma nota de rodapé na ofensiva esmagadora do capital financeiro nos anos 1990 e no início dos anos 2000. Por fim, mesmo a oposição formal ao NAFTA e à UE foi abandonada por praticamente todo o movimento operário e pela esquerda. Foi a impotência das forças que se opõem à globalização que empurrou milhões de trabalhadores no Ocidente para demagogos como Trump, Le Pen em França e Meloni em Itália.

Esquerda Anti*establishment* pós-2008 nos EUA e na Europa

A bolha de crédito de 2007 marcou o ponto alto da ordem mundial liberal. A crise económica que se seguiu representou um ponto de viragem importante, uma vez que a dinâmica que contribuía para a estabilidade e o crescimento económico—aumento do comércio mundial, crescimento da produtividade, consenso político e geopolítico—se desmoronou e inverteu. Embora a crise e as suas consequências não tenham posto fim à era pós-soviética, aceleraram as tendências que a estavam a minar. Em grande parte do mundo ocidental, a perda de milhões de postos de trabalho e os despejos, seguidos de uma onda de austeridade, criaram um profundo descontentamento político. Pela primeira vez desde a década de 1990, surgiram grandes movimentos políticos que atacaram os pilares fundamentais do consenso pós-soviético. À direita, o protecionismo, a oposição ao "multilateralismo" e o chauvinismo aberto tornaram-se correntes. À esquerda, foi a oposição à austeridade, os apelos às nacionalizações e, em certos sectores, a oposição à OTAN. As características destes movimentos variam muito, mas uma conclusão impõe-se: enquanto a direita populista surge hoje revigorada, após um certo declínio em 2020, os movimentos anti*establishment* da esquerda entra-

ram, na sua maioria, em colapso. O que explica este fracasso?

A esquerda anti*establishment* foi empurrada para a frente por décadas de ataques neoliberais que foram exacerbados após 2008 e, no caso dos EUA e da Grã-Bretanha, pela oposição às intervenções militares no Afeganistão e no Iraque. Embora estes movimentos tenham reagido contra o status quo, não romperam decisivamente com ele. Cada um deles, à sua maneira, estava ligado à burguesia imperialista responsável pela degradação das condições sociais. Os porta-estandartes desta tendência foram Corbyn na Grã-Bretanha, Sanders nos Estados Unidos, Syriza na Grécia e Podemos em Espanha. Ao contrário destes, Mélenchon, em França, ainda não fracassou visivelmente. No entanto, o seu movimento contém todos os ingredientes que levaram ao fracasso dos seus homólogos estrangeiros.

No caso de Sanders, ele é um representante do Partido Democrata, um dos dois partidos do imperialismo americano. Os seus discursos sobre "uma revolução política" contra a "classe bilionária" não significam nada, dada a sua fidelidade a um partido que representa os bilionários. Além disso, como político reformista liberal, a grande reforma que Sanders prometeu, "Medicare [o programa federal de seguro saúde] para Todos", esteve sempre subordinada à unidade com os capitalistas democratas "progressistas" contra os republicanos mais reaccionários. Em nome da "luta contra a direita", Sanders traiu os princípios que dizia defender. Quanto mais Sanders espezinhou as aspirações do movimento que representava, mais se elevou no *establishment* do Partido Democrata. Aqueles que hoje querem recriar este movimento fora do Partido Democrata e sem Sanders não compreendem que é o próprio programa do reformismo liberal que leva à capitulação perante a classe dominante. Qualquer programa que procure conciliar os interesses da classe trabalhadora com a manutenção do capitalismo americano procurará necessariamente apoio numa das duas alas do capitalismo americano. Para quebrar o ciclo reacionário da política dos EUA e verdadeiramente fazer avançar os seus interesses, a classe trabalhadora requer o seu próprio partido construído em total oposição tanto aos liberais como aos conservadores.

O movimento de Corbyn era semelhante ao movimento em torno de Sanders, mas diferia em dois aspectos importantes. O primeiro é que o Partido Trabalhista, ao contrário do Partido Democrata, é um partido operário burguês. A sua base na classe trabalhadora explica em parte porque é que Corbyn conseguiu ganhar a liderança do Partido Trabalhista, enquanto Sanders foi travado pelo *establishment* democrata. A outra diferença significativa é que Corbyn ultrapassou as linhas vermelhas quando se tratou de questões de política externa. A sua oposição à OTAN e à UE, as suas críticas ao golpe de Estado apoiado pela OTAN na Ucrânia em 2014, o seu apoio aos palestinianos e a sua oposição às armas nucleares eram totalmente inaceitáveis para a classe dominante.

Perante a hostilidade raivosa do establishment britânico e uma insurgência contínua contra ele no seu próprio partido, as alternativas colocadas a Corbyn eram confrontar diretamente a classe dominante ou capitular. Mas o programa de Corbyn de pacifismo e reformismo trabalhista procura acalmar a guerra de classes, não vencê-la. Por isso, em todas as ocasiões, Corbyn procurou apaziguar a classe dominante e a ala direita do seu partido, em vez de mobilizar a classe trabalhadora e a juventude contra eles. Corbyn capitulou na renovação do programa de submarinos nucleares Trident, na autodeterminação da Escócia, na questão de Israel-Palestina, na OTAN e, mais decisivamente, no Brexit. O exemplo de Corbyn, ainda mais do que o de Sanders, é um caso clássico da total impotência do reformismo na condução da luta de classes.

O caso do Syriza é diferente, na medida em que chegou ao poder na Grécia como resultado da oposição em massa à austeridade imposta pela UE. A rapidez da sua ascensão só foi igualada pela profundidade da sua traição. Depois de organizar um referendo em 2015 que rejeitou por esmagadora maioria o pacote de austeridade da UE, o Syriza espezinhou descaradamente a vontade popular ao aceder às exigências imperialistas de ataques ainda mais duros ao povo trabalhador grego. A razão para esta traição reside na natureza de classe e no programa do Syriza. A única força capaz de fazer frente ao imperialismo na Grécia é a classe trabalhadora organizada. Mas o Syriza não é um partido da classe trabalhadora. Ele alegou que poderia servir os capitalistas gregos, bem como os trabalhadores e oprimidos da Grécia... tudo isso mantendo o país na UE. Este mito explodiu ao primeiro contacto com a realidade. Enquanto a maior parte da esquerda aplaudiu o Syriza até à sua traição, o Partido Comunista manteve-se ao lado, negando mesmo que a Grécia seja oprimida pelo imperialismo. As consequências de ambas as políticas foram atiradas para cima do povo grego. Este desastre mostra a necessidade urgente na Grécia de um partido que combine a luta pela libertação nacional com a necessidade de independência de classe e poder dos trabalhadores.

À medida que o mundo entra num período de crise aguda, o movimento operário no Ocidente encontra-se politicamente desorganizado e desmoralizado, traído pelas forças em que depositou a sua fé. Embora esta situação conduza indubitavelmente a ganhos para a direita a curto prazo, um novo surto da classe trabalhadora e das massas populares colocará mais uma vez a necessidade de alternativas políticas aos representantes do status quo liberal. É essencial tirar as lições dos fracassos do passado para evitar um novo ciclo de derrotas e reacções.

Covid-19, desastre liberal

Durante a pandemia de Covid-19, a esquerda não ofereceu sequer uma ténue oposição ao establishment liberal. Enquanto as burguesias de todo o mundo encerravam as suas populações durante meses a fio, sem nada fazer para resolver sistemas de saúde em ruínas e condições de vida terríveis, a esquerda aplaudia e pedia confinamentos cada vez mais rigorosos. Todos os ataques contra a classe trabalhadora foram aceites em nome de "seguir a ciência". O entendimento básico de que a ciência na sociedade capitalista não é neutra, mas é utilizada para servir os interesses da burguesia, foi atirado pela janela, mesmo por aqueles que se diziam marxistas.

O resultado fala por si. Milhões de pessoas morreram com o vírus, milhões perderam os seus empregos, famílias foram fechadas em casa à custa de mulheres, crianças e sanidade mental. Dado que a ciência foi utilizada para justificar uma política reacionária após outra, milhões de pessoas viraram-se contra a "ciência" e recusaram vacinas que salvaram vidas. O sistema de saúde foi salvo? Não, em todo o lado está muito pior do que antes. Os trabalhadores foram protegidos do vírus? Não, continuaram a trabalhar em condições perigosas. Os idosos foram protegidos? Muitos deles morreram em lares de idosos decrépitos. Os que não morreram viram a sua qualidade e esperança de vida reduzidas devido ao isolamento social e à falta de exercício físico. A crise dos lares e dos centros de dia é mais grave do que nunca.

Em nome de "salvar vidas", os liberais e a esquerda argumentam que não havia alternativa à vénia aos governos e à "ciência". Mas havia uma. A classe trabalhadora precisava de tomar o assunto nas suas próprias mãos e assegurar uma resposta correspondente aos ***seus*** interesses de classe. Os sindicatos precisavam de lutar por locais de trabalho seguros, contra o seu encerramento puro e simples ou contra o trabalho em fábricas de morte.

Enquanto os patrões e os governos controlarem a segurança no trabalho em vez dos sindicatos, os trabalhadores morrerão mortes evitáveis. Os sindicatos dos cuidados de saúde e das escolas precisavam de lutar por melhores condições e não de se sacrificar por ganhos ilusórios mais tarde. Esses sacrifícios não salvaram os serviços públicos, mas permitiram que a classe dominante os espremesse ainda mais. Só lutando contra a classe dominante e os seus bloqueios é que se poderia resolver qualquer dos males sociais subjacentes à crise, quer se trate de cuidados de saúde, habitação, condições de trabalho, transportes públicos ou cuidados aos idosos.

A total subserviência do movimento operário aos confinamentos garantiu que qualquer oposição às consequências desastrosas da pandemia seria dominada pelas forças de direita e conspiracionistas. Muitas das pessoas que participaram em manifestações em massa contra o confinamento ou em protestos contra as vacinas obrigatórias fizeram-no por legítima raiva contra as consequências sociais das políticas capitalistas durante a pandemia. Em vez de se antecipar a estes sentimentos e de os canalizar para uma luta pela melhoria das condições da classe trabalhadora, a esquerda denunciou-os na sua esmagadora maioria e aplaudiu a sua repressão pelo Estado.

A base para a traição total da esquerda e do movimento operário na pandemia foi lançada durante todo o período pós-soviético. Quando esta crise de proporções globais se abateu e a burguesia precisou, mais do que nunca, de unidade nacional, o movimento operário manteve-se atento e mobilizou lealmente a classe trabalhadora em torno da "ciência" e do "sacrifício partilhado". Embora os governos e a maior parte da esquerda estejam a tentar varrer a pandemia para debaixo do tapete, não vão conseguir fazê-lo tão facilmente. As consequências deste desastre deixaram uma marca profunda na classe trabalhadora e na juventude, impelindo-os a procurar respostas e alternativas.

V. A ORDEM LIBERAL EM DECADÊNCIA

A arrogância transforma-se em histeria

Desde a década de 1980 até ao início da década de 2000, a dinâmica da política mundial favoreceu o reforço relativo do poder dos EUA. Quanto mais os Estados Unidos melhoravam a sua posição económica, militar e política, mais forte era a força centrípeta que sustentava a ordem mundial liberal. Esta dinâmica de auto-reforço atingiu o seu auge no rescaldo da contrarrevolução na União Soviética. Permitiu uma liberalização política e económica generalizada com uma intervenção direta relativamente limitada por parte dos Estados Unidos. Na altura, as correntes da história pareciam estar a fazer avançar os interesses do capitalismo americano.

Mas na política, tal como na física, há uma reação para cada ação. Inevitavelmente, as consequências da hegemonia dos Estados Unidos impuseram forças de compensação. As intervenções militares cada vez mais imprudentes dos EUA foram desastres geopolíticos, desperdiçando recursos e endurecendo a oposição à política externa americana no país e no estrangeiro. A desregulamentação financeira e a desindustrialização esvaziaram o poder económico dos EUA e fortaleceram os seus concorrentes, ao mesmo tempo que tornaram toda a economia mundial muito mais instável e propensa a crises. Quanto mais a classe dominante americana utilizava o liberalismo para promover os seus interesses reaccionários, mais fomentava a resistência ao liberalismo. Lenta mas seguramente, havia sinais crescentes de que as dinâmicas que favoreciam a ordem mundial liberal estavam a enfraquecer e as forças que se opunham a ela estavam a tornar-se mais fortes. A crise financeira de 2008, o golpe de Estado e o conflito de 2014 na Ucrânia, a eleição de Donald Trump e o Brexit em 2016 são todos marcadores importantes desta tendência.

À medida que os EUA sentiram o seu poder enfraquecer, a sua arrogância transformou-se em histeria. Esforça-se cada vez mais para reforçar o seu poder, confrontando a China e a Rússia, pressionando os aliados, sancionando cada vez mais países. Mas estes esforços estão a ter custos cada vez mais elevados e a produzir resultados cada vez menores. Longe de travar o seu declínio, a reação dos Estados Unidos, até agora, apenas o consolidou. Hoje, após a pandemia e a guerra na Ucrânia, é evidente que a dinâmica da política mundial se inverteu. Está agora a apontar para uma desintegração acelerada da ordem mundial liberal. A OTAN e a Rússia estão envolvidas numa guerra por procuração. As relações entre os EUA e a China estão num estado permanente de hostilidade. O nacionalismo populista está a aumentar no mundo não imperialista, assumindo expressões tanto de esquerda (México) como de direita (Índia, Turquia). A política no Ocidente está a tornar-se cada vez mais polarizada entre aqueles que procuram reforçar o domínio imperialista rompendo com o liberalismo tradicional (Trump, Alternativa para a Alemanha, Le Pen, Meloni) e aqueles que procuram reforçá-lo duplicando a cruzada liberal (Biden, Trudeau, Partido Verde alemão).

A crescente instabilidade do mundo não é um mistério para ninguém. A controvérsia surge quanto à natureza do conflito. Para os liberais, trata-se de uma disputa entre Democracia e Autocracia. Para os libertários e os sociais-democratas, é o mercado livre contra a intervenção do Estado. Para os estalinistas e terceiro-mundistas, trata-se de uma competição entre hegemonia e multipolaridade. Todos estão errados. A resposta está nas palavras simples mas penetrantes do *Manifesto Comunista*: "A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes." E é assim que a atual ordem mundial liberal em desagregação segue as leis da luta de classes. O conflito fundamental que está a moldar o mundo não é entre o PCC e os capitalistas dos EUA, Trump e Biden, Putin e a OTAN, ou o mexicano López Obrador (AMLO) e o imperialismo ianque; é entre a decadência social do capitalismo na sua fase imperialista e os interesses do proletariado mundial. Aqueles que não se guiarem por este entendimento não serão capazes de se orientar na turbulência que se avizinha, e muito menos de fazer avançar a luta pelo progresso humano.

Economia global: Um gigantesco esquema Ponzi

Como explicado anteriormente, a hegemonia dos EUA permitiu uma melhoria temporária no potencial de crescimento do imperialismo. Foi esta melhoria da conjuntura económica que permitiu a estabilidade prolongada do mundo capitalista nas últimas três décadas. Hoje, porém, não só as possibilidades de expansão se esgotaram como as condições que permitiram a expansão anterior estão a inverter-se. A consequência será uma destruição significativa das forças produtivas, com toda a instabilidade que daí advém. Como escreveu Trotsky em *A Terceira Internacional depois de Lenin*, "os Estados e as classes lutam ainda mais ferozmente por uma ração magra e decrescente do que por uma ração pródiga e crescente" [Tradução do texto em inglês]. Este fator está subjacente à atual situação mundial e continuará a estar, salvo uma alteração importante da conjuntura.

Ciclos de oito a dez anos de expansão e recessão são as flutuações normais da economia capitalista. À especulação selvagem e à sobreprodução seguem-se o colapso e o pânico. O período

pós-soviético não foi diferente. No entanto, com o declínio das possibilidades de crescimento real, a especulação e o crédito tornaram-se a principal forma de os EUA tentarem sustentar toda a sua ordem. O rescaldo da "Grande Recessão" de 2008 expôs claramente este facto. Perante uma possível depressão, os EUA coordenaram uma expansão monetária e de crédito sem precedentes históricos. Isto criou um crescimento real anémico, mas um crescimento gigantesco dos preços dos activos. Mesmo para a maioria dos economistas burgueses, é óbvio que isso significava simplesmente criar as condições para um colapso ainda maior no futuro. Desde há mais de dez anos que o manual é o mesmo a cada sinal de crescimento vacilante: aumenta o crédito, que empurra o problema até mais tarde. Durante a pandemia de Covid-19, este processo foi mais uma vez impulsionado, atingindo máximos históricos. Para resolver as consequências do encerramento de vastas áreas da economia, os capitalistas limitaram-se a imprimir dinheiro. Foi demasiado e, finalmente, as possibilidades desta abordagem atingiram o seu limite com o inevitável "regresso da inflação".

O aumento drástico das taxas de juro nos Estados Unidos está a sugar grandes quantidades de liquidez do sistema económico mundial. Como disse Warren Buffett: "Uma maré alta faz flutuar todos os barcos.... Só quando a maré baixa é que se descobre quem é que esteve a nadar nu". Após uma década e meia de dinheiro fácil, segmentos gigantescos da economia estão forçosamente a "nadar nus". Quando a corrida termina, os resultados são catastróficos. Uma vez que os Estados Unidos estão no topo da cadeia alimentar capitalista e controlam essencialmente as condições internacionais de crédito, mesmo que venham a ser o epicentro da crise, poderão usar a sua posição dominante para fazer com que o resto do mundo pague pelas consequências. Isto será particularmente devastador para os países do mundo em desenvolvimento, muitos dos quais já se encontram em crise profunda, como o Sri Lanka, o Paquistão e o Líbano. Mas as consequências serão globais e levarão necessariamente a novos golpes na ordem mundial, inclusive de potências que os EUA hoje consideram aliadas.

Uma parte significativa do establishment económico ou está a mentir ou está deliberadamente cega em relação às perspectivas da economia mundial. Certos sectores da esquerda social-democrata têm argumentado que os elevados níveis de dívida pública não são motivo de grande preocupação e que os trabalhadores beneficiariam mais com taxas de juro baixas e mais dívida do que com a atual política de taxas de juro mais elevadas. Isto é um eco daqueles que, na burguesia, desejam empurra o problema até mais tarde mais uma vez, esperançosamente para além das próximas eleições. A verdade é que todas as alternativas políticas—quer se trate de uma dívida elevada, de uma inflação elevada ou de uma deflação—serão utilizadas para atacar o nível de vida da classe trabalhadora. O problema fundamental subjacente é o enorme desequilíbrio entre o capital que existe no papel e as capacidades produtivas efectivas da economia mundial. Nenhuma magia financeira pode resolver este problema. A única saída é a classe trabalhadora assumir o controlo das rédeas políticas e económicas e reorganizar a economia de uma forma racional.

Para os economistas de direita, a solução é deixar o mercado livre fazer o seu trabalho: aceitar que haverá uma crise devastadora, deixar os fracos morrerem e os fortes saírem mais fortes. Mas os tempos do capitalismo de mercado livre já lá vão. A economia mundial é dominada por um pequeno número de monopólios gigantescos que competem com os monopólios de outros países. Nenhum Estado está disposto a deixar que os seus monopólios se desmoronem. Se a Ford e a GM forem à falência, isso não reavivará a livre iniciativa americana, mas fortalecerá a Toyota e a Volkswagen. O capitalismo desenfreado não conduz a mercados livres, mas sim a monopólios. Por um lado, isto reflecte a tendência para a produção centralizada e planeada à escala global. Mas, por outro lado, sob o imperialismo, os monopólios obstruem o crescimento das forças produtivas, levando à decadência e ao parasitismo.

Para os sociais-democratas, como o economista Michael Hudson, a panaceia é uma "economia mista"—capitalismo com intervenção e regulação do Estado. Embora isto tenha sido considerado uma heresia nos círculos económicos e governamentais nas últimas décadas, o planeamento está de novo na moda. Não se trata de iluminismo, mas porque o capitalismo nacional precisa de ser apoiado para evitar a falência e competir com a China. Embora a classe trabalhadora possa arrancar concessões aos capitalistas através da luta de classes, não é possível regular as contradições do imperialismo. A irracionalidade e o parasitismo do sistema estão enraizados na própria dinâmica da acumulação capitalista. O próprio governo não é um contrapeso para a pequena camarilha de financistas capitalistas, mas serve como seu comité executivo. Quando interfere em assuntos económicos, é, em última análise, para beneficiar a classe dominante imperialista.

Guerra Ucrânia-Rússia: desafio militar à hegemonia dos EUA

A invasão da Ucrânia pela Rússia é, de longe, o maior desafio à hegemonia dos EUA desde o colapso da União Soviética. O facto de uma grande potência ter a confiança necessária para desafiar os EUA de forma tão direta—e até agora ter conseguido safar-se—indica uma verdadeira mudança radical. Esta guerra é diferente de todas as outras das últimas décadas. Não se trata de uma guerra anti-insurreição de baixo nível, mas de uma guerra industrial de alta intensidade. O resultado não só determinará o destino da Ucrânia como terá um grande impacto no equilíbrio de poderes na Europa e a nível internacional.

Os dois actores decisivos na guerra da Ucrânia são a Rússia e os EUA. A guerra eclodiu em resultado de décadas de expansão da OTAN para leste, para países considerados pela Rússia como estando dentro da sua esfera de influência. A Rússia vê a Ucrânia como um interesse estratégico vital e estará disposta a fazer escalar o conflito até assegurar a Ucrânia na sua órbita ou ser derrotada. A posição americana é mais complicada. A Ucrânia tem pouco valor estratégico para os Estados Unidos e é vista como um lugar marginal da Europa. Para o establishment liberal ocidental, "defender a Ucrânia" é defender a ordem mundial liberal, ou seja, o direito dos Estados Unidos de fazerem o que bem entendem onde quiserem.

A derrota da Ucrânia pela Rússia seria um golpe humilhante para os EUA. Seria um sinal de fraqueza, teria consequências desestabilizadoras para o establishment político da Europa e colocaria um ponto de interrogação sobre o futuro da OTAN. Tendo em conta estes riscos elevados, os EUA e os seus aliados têm vindo a intensificar continuamente a guerra, fornecendo cada vez mais armas à Ucrânia. A Rússia respondeu convocando uma mobilização parcial e está a destruir o exército ucraniano. Embora os EUA tenham conduzido a escalada, nem eles nem os seus aliados se comprometeram ainda a derrotar decisivamente o exército russo, passando a uma economia de guerra ou intervindo diretamente. Por enquanto, a guerra continua a ser um conflito regional pelo controlo da Ucrânia.

Os dirigentes da classe operária mobilizaram por todo o lado o proletariado em defesa dos interesses da sua classe dominante. Mas as sementes da revolta são semeadas todos os dias pelas

consequências sociais da guerra. Para os marxistas, é da maior importância intervir nesta contradição crescente para construir uma nova direção que possa fazer avançar os interesses da classe operária neste conflito. O ponto de partida essencial deve ser que é o próprio sistema imperialista—definido atualmente como a ordem liberal dominada pelos EUA—que é responsável pelo conflito na Ucrânia. Todo o proletariado mundial tem interesse em acabar com a tirania imperialista sobre o mundo, e só nesta base é que os trabalhadores do mundo se podem unir, sejam eles russos, ucranianos, americanos, chineses ou indianos. No entanto, a aplicação desta perspetiva geral assume diferentes expressões concretas de acordo com as considerações de cada país.

Os trabalhadores russos têm de compreender que a vitória do seu próprio governo não constituiria um golpe fundamental para o imperialismo. Não promoveria a independência da Rússia do imperialismo mundial, mas faria dela uma opressora dos seus irmãos e irmãs de classe na Ucrânia, em benefício dos oligarcas russos. Qualquer que seja a derrota a curto prazo que possa infligir à política externa dos EUA, não vale o preço de nos tornarmos os opressores da nação ucraniana. Um conflito perpétuo entre ucranianos e russos apenas reforçaria as forças do imperialismo mundial na região. A OTAN e a UE sofreriam um golpe muito mais duro com uma frente revolucionária comum de trabalhadores russos e ucranianos contra as respectivas classes dominantes, à maneira da grande Revolução de outubro. ***Virar as armas contra os oligarcas russos e ucranianos! Pela unidade revolucionária contra o imperialismo norte-americano!***

Os trabalhadores ucranianos têm de compreender que os EUA, a UE e a OTAN não são seus aliados, mas estão a usar a Ucrânia como um peão para os seus interesses, para serem sangrados até ao fim e depois descartados. A independência nacional da Ucrânia não será assegurada pelo alinhamento com o imperialismo, o que significaria servidão a Washington e garantiria a hostilidade permanente da Rússia. Os trabalhadores ucranianos devem também opor-se à opressão das minorias russas pelo seu governo. Essa defesa das minorias russas contribuiria um milhão de vezes mais para minar o esforço de guerra do Kremlin do que os esquemas de Zelensky. A questão das fronteiras e dos direitos das minorias nacionais poderia ser resolvida fácil e democraticamente, não fossem as intrigas reaccionárias dos oligarcas e dos imperialistas. Todos os dias se torna mais claro que os trabalhadores ucranianos estão a ser enviados para o massacre sob o comando de Washington e em benefício de Wall Street. Eles devem unir-se à classe trabalhadora russa para pôr fim a esta loucura; tudo o resto conduzirá apenas a mais carnificina e opressão. ***Pelo direito à auto-determinação dos russos, ucranianos, chechenos e de todas as outras minorias nacionais!***

No Ocidente, os trabalhadores têm sido bombardeados com propaganda sobre a necessidade de se sacrificarem em nome da cruzada da OTAN pela democracia na Ucrânia. A melhor coisa que o proletariado dos EUA, da Alemanha, da Grã-Bretanha e da França pode fazer para defender os seus próprios interesses e os dos trabalhadores do mundo é lutar contra os parasitas financeiros e os monopólios que os sugam até ao tutano em casa. Para o fazer, têm de varrer a cabala reacionária de líderes sindicais e sociais-democratas que são leais a essas mesmas forças. As suas cedências no plano interno são inseparáveis dos seus apelos à instalação da "democracia" no estrangeiro com tanques e bombas da OTAN. Estes traidores já teriam desaparecido há muito tempo, não fosse o pântano pacifista e centrista que fala de "paz", de "luta sindical" e até de "socialismo", mas que se agarra às costas dos belicistas e dos servos declarados do imperialismo. Um movimento anti-guerra só vale a pena se excluir os conciliadores do social-chauvinismo no movimento operário. ***Levantem as sanções contra a Rússia! Abaixo a UE e a OTAN! Pelos Estados Unidos Soviéticos da Europa!***

Um número crescente de trabalhadores da América Latina, da Ásia e de África olha para a Rússia como uma força contra o imperialismo. Esta fé deslocada não fará nada para os libertar do jugo dos EUA, da Europa Ocidental e do Japão. Putin não é anti-imperialista e não será um aliado na luta pela libertação nacional de nenhum país. É precisamente por esta razão que AMLO, o sul-africano Ramaphosa, o indiano Modi e o chinês Xi lhe são simpáticos ou não abertamente hostis. O apoio a Putin ilude a classe trabalhadora do "Sul Global" com a ilusão de que pode melhorar as suas condições de vida e libertar-se do imperialismo ***sem*** luta revolucionária. Ao menor sinal de revolta das massas oprimidas do mundo, os líderes reaccionários do "Sul Global" olharão para os mesmos imperialistas que hoje denunciam. A verdadeira força anti-imperialista são os trabalhadores da Ucrânia, da Rússia e do Ocidente. Eles e os trabalhadores do mundo só podem unir-se em torno de uma bandeira internacionalista comum se se opuserem a toda a opressão nacional, seja às mãos de grandes potências ou de nações que são elas próprias oprimidas. ***Nacionalizar os activos detidos pelo imperialismo! Trabalhadores de todo o mundo, unem-se!***

China: Cinturão estalinista ou estrada proletária

À medida que as dinâmicas que permitiram à China crescer e prosperar nos últimos 30 anos se desvanecem cada vez mais rapidamente, a fé do PCC no capitalismo de mercado livre global permanece inabalável. Expressando-se no Fórum Económico Mundial de Davos de 2022, Xi Jinping argumentou:

> "A globalização económica é a tendência dos tempos. Embora existam certamente contracorrentes num rio, nenhuma o poderá impedir de fluir para o mar. As forças motrizes reforçam o ímpeto do rio, e a resistência pode ainda aumentar o seu fluxo. Apesar das contracorrentes e dos perigosos baixios ao longo do caminho, a globalização económica nunca se desviou nem se desviará do seu curso. Os países de todo o mundo devem defender o verdadeiro multilateralismo. Devemos eliminar barreiras, não erguer muros. Devemos abrir-nos, não fechar-nos. Devemos procurar a integração, não a dissociação. Esta é a forma de construir uma economia mundial aberta. Devemos orientar as reformas do sistema de governação mundial com base no princípio da equidade e da justiça e defender o sistema comercial multilateral com a Organização Mundial do Comércio no seu centro". [Tradução do texto em inglês]

Infelizmente para o PCC, o futuro do "sistema comercial multilateral" depende, antes de mais, das acções dos Estados Unidos, e os EUA não podem permitir que as tendências actuais se mantenham. Ou forçam concessões do resto do mundo para manterem a sua posição de topo, ou deitam abaixo todo o edifício quando este cair.

Durante mais de uma década, as tensões entre os EUA e a China têm vindo a aumentar. Os EUA têm vindo a aumentar a pressão à medida que se torna mais claro que a China não está a caminhar para uma democracia liberal, mas sim a tornar-se um verdadeiro concorrente económico e militar. O aumento da pressão leva o PCC a reforçar o seu controlo interno da economia e da dissidência política (por exemplo, Hong Kong) e a reforçar a sua posição militar. Isto, por sua vez, leva os EUA a apertarem ainda mais os parafusos. Esta dinâmica acelerada fez com que as tensões entre os EUA e a China atingissem um pico de várias décadas, ameaçando um conflito militar aberto.

Em caso de tal acontecimento, seria dever do proletariado internacional colocar-se incondicionalmente em defesa da China. Os imperialistas são raivosamente hostis à China precisamente por causa do progresso económico e social que o núcleo colectivizado da sua economia permitiu. É isso que a classe traba-

lhadora deve defender. Mas tem de o fazer de acordo com os seus ***próprios*** métodos e objectivos, e ***não com*** os da burocracia parasitária do PCC.

Trotsky explicou em relação à URSS que "o verdadeiro método de defesa da União Soviética é enfraquecer as posições do imperialismo e fortalecer a posição do proletariado e dos povos coloniais em toda a terra" (*A Revolução Traída,* 1936). Esta estratégia, inteiramente aplicável à China de hoje, não podia ser mais diferente da seguida pelo PCC, que procura, antes de mais, manter o status quo. Para começar, procura restaurar as relações com os Estados Unidos, apoiando-se em capitalistas americanos como Bill Gates, Elon Musk e Jamie Dimon—representantes da mesma classe que oprime o mundo e procura dominar a China. Tais manobras só podem aumentar a hostilidade dos trabalhadores americanos em relação à China, alienando o maior aliado potencial da RPC na luta contra o imperialismo dos EUA. Quanto aos povos oprimidos do "Sul Global", o PCC não defende a sua libertação, mas sim alianças ilusórias com as elites desses países. Esses vigaristas interesseiros abandonarão certamente a China à primeira dificuldade, ou se lhes for oferecido um suborno melhor pelos imperialistas.

Há vozes na burocracia chinesa que adoptam um tom mais belicoso, encarando o reforço do Exército de Libertação Popular (ELP) como a forma mais segura de defender a China. Não podemos deixar de nos congratular com o aumento das capacidades técnicas e de combate do ELP. Mas as questões militares não podem ser separadas da política e, também neste domínio, os interesses conservadores da casta dirigente prejudicam a China. Um pilar fundamental da estratégia de defesa do ELP é impedir o acesso dos EUA à chamada "primeira cadeia de ilhas" em torno da China, desenvolvendo capacidades de ataque de longo alcance e procurando obter o controlo militar dessas ilhas. Mas em qualquer conflito, o apoio do proletariado dos países vizinhos seria muito mais decisivo do que a posse de qualquer número de pequenas rochas desabitadas.

A única maneira de realmente expulsar o imperialismo americano e japonês do Mar da China Oriental e Meridional é através de uma aliança anti-imperialista de trabalhadores e camponeses que abranja toda a região. Mas o PCC, com a sua estratégia nacionalista, não fez qualquer tentativa para ganhar os trabalhadores das Filipinas, do Japão, do Vietname e da Indonésia para a sua causa. Em vez disso, tem jogado na campanha anti-RPC dos imperialistas, concentrando-se apenas em vantagens militares a curto prazo, ignorando tanto as sensibilidades nacionais como os antagonismos de classe internos dos países vizinhos.

Em nenhum outro lugar isso é mais verdadeiro do que na questão de Taiwan. Os trabalhadores de Taiwan sofreram uma opressão brutal sob as botas da sua classe capitalista. Mas em vez de os encorajar a lutar pelos seus próprios interesses de classe contra os imperialistas e a burguesia local, a estratégia do PCC baseia-se em convencer estes últimos a submeterem-se voluntariamente ao seu domínio e a aderirem à República Popular da China. Para o efeito, o partido compromete-se a manter as relações económicas capitalistas e a administração política em Taiwan no âmbito da sua política "um país, dois sistemas". Aos trabalhadores, o PCC não oferece a libertação, mas sim o apoio à continuação da exploração capitalista e à bota estalinista da repressão. Não é de surpreender que esta proposta "perde-perde" tenha feito pouco para ganhar as massas de Taiwan para a reunificação.

O plano B do PCC é a intervenção militar direta, que, embora potencialmente bem sucedida na reunificação de Taiwan, teria custos enormes, sobretudo se enfrentasse a hostilidade da classe trabalhadora local. Se o PCC seguisse este caminho, os trotskistas defenderiam o PLA contra os capitalistas de Taiwan e os imperialistas, mas faria-lo lutando por uma estratégia revolucionária proletária. Contra o esquema falido de "um país, dois sistemas", os trotskistas lutam pela ***reunificação revolucionária***, isto é, a reunificação através de uma revolução social contra o capitalismo em Taiwan e uma revolução política contra a burocracia no continente. Esta estratégia unificaria os trabalhadores da China em torno de um interesse nacional e de classe comum. Não só minará a aliança anti-comunista entre a burguesia dos EUA e Taiwan, mas transformaria a China num farol para os povos oprimidos de todo o mundo na sua luta contra o imperialismo.

Embora atualmente o PCC continue a proclamar a sua lealdade tanto ao socialismo como ao capitalismo, não se deve contar que isso se mantenha por muito tempo. Há forças poderosas ligadas aos capitalistas chineses e estrangeiros que desejam eliminar qualquer vestígio de controlo estatal e abrir de novo a China à pilhagem imperialista. Esse resultado tem de ser combatido até à morte! Mas há também correntes no seio da casta dirigente que, sob a pressão do descontentamento da classe trabalhadora, poderiam deslocar o partido para a esquerda, reprimindo os capitalistas e limpando o pó da retórica anti-imperialista e igualitária do maoísmo tradicional. Mas, tal como aconteceu com as reformas de mercado de Deng, as tentativas de Mao de uma autarquia igualitária baseada na mobilização frenética das massas não conseguiram ultrapassar o estrangulamento económico do imperialismo mundial sobre a China. De facto, os desastres das políticas de Mao levaram a RPC à beira do colapso e conduziram diretamente à mudança do PCC para a "reforma e abertura".

As voltas e reviravoltas do PCC reflectem apenas diferentes meios pelos quais a casta burocrática parasitária procura manter a sua posição privilegiada dentro dos limites de um Estado operário isolado. Contrariamente às afirmações do PCC, de Mao a Xi, o socialismo não pode ser construído num só país, nem é possível a coexistência pacífica com o imperialismo. O único caminho a seguir para a classe trabalhadora da China é unir-se num partido construído sobre os verdadeiros princípios marxistas-leninistas de independência de classe, internacionalismo e revolução mundial e varrer os burocratas auto-interessados do PCC. ***Derrubar os burocratas! Defender a China contra o imperialismo e a contrarrevolução!***

VI. A LUTA PELA LIDERANÇA REVOLUCIONÁRIA

No momento em que o mundo entra num novo período histórico de crise, a classe trabalhadora está politicamente desarmada. Por todo o lado é liderada por burocratas e traidores que têm assistido a uma derrota atrás da outra. À medida que se aproximam desafios gigantescos, a tarefa de forjar lideranças da classe trabalhadora que representem verdadeiramente os seus interesses é colocada com a maior urgência. Como forjar essas direcções? Esta é a questão central com que os revolucionários se confrontam atualmente. As inevitáveis convulsões sociais e políticas dos próximos anos levantarão as massas contra os seus actuais líderes e apresentarão oportunidades para realinhamentos radicais no movimento operário. Mas estas ocasiões serão desperdiçadas sem quadros revolucionários pré-existentes que tenham rejeitado as políticas falhadas dos últimos 30 anos e que coloquem corretamente as tarefas de hoje.

A lição central do leninismo

E*m A Revolução Permanente* (1929), Trotsky escreveu sobre Lenin: "O essencial, em sua vida, era a luta por uma política independente do partido do proletariado." É precisamente este

conceito central do leninismo que é repudiado por cada nova onda de revisionismo. Embora assuma uma forma distinta de acordo com as pressões dominantes da época, o revisionismo consiste sempre, no fundo, na subordinação do proletariado aos interesses de classes estranhas.

A conceção de Lenin do partido de vanguarda tomou a sua forma madura após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando os partidos da Segunda Internacional, tendo jurado opor-se à guerra, se alinharam esmagadoramente de forma patriótica atrás dos seus próprios governos. Nos seus trabalhos durante a guerra, Lenin mostrou como esta traição histórica não surgiu do nada, mas foi preparada e enraizada no período anterior de ascendência imperialista. A exploração de inúmeros milhões de pessoas por algumas grandes potências gera superlucros que são utilizados para cooptar as camadas superiores da classe operária. Nos seus hábitos, ideologia e objectivos, esta camada alinha-se com a burguesia contra os interesses da classe trabalhadora. A capitulação em bloco da maior parte da social-democracia mostrou que a tendência pró-capitalista do movimento operário não só se tinha tornado dominante como tinha paralisado ou cooptado a maior parte do que tinha sido a ala revolucionária da Internacional.

Desta experiência Lenin tirou a conclusão de que a unidade com elementos pró-capitalistas do movimento operário significava subordinação política à própria classe capitalista e necessariamente traía a luta pelo socialismo. A maior parte do seu fogo foi dirigida contra os centristas no movimento operário, que não tinham rejeitado abertamente os princípios do socialismo, mas procuravam, no entanto, manter a unidade a todo o custo com traidores abertos da classe operária. Lenin insistiu que os centristas eram o principal obstáculo à construção de um partido capaz de liderar as massas no caminho da revolução. Enquanto esta lição foi fundamental para o sucesso da Revolução de outubro na Rússia, a incapacidade de a assimilar a tempo na Alemanha levou à derrota do levantamento espartaquista de 1919. Das cinzas da guerra e da revolução, a Terceira Internacional foi fundada com base no princípio de que qualquer partido que pretendesse lutar pela revolução tinha de se separar política e organizacionalmente da ala pró-capitalista e centrista do movimento operário.

À medida que a onda revolucionária do pós-guerra recuava, seguiu-se um período de estabilização capitalista, que deixou a União Soviética isolada na cena mundial. Foi neste contexto que surgiu o estalinismo, rejeitando a componente essencial do leninismo—a independência política da classe operária. Em vez de se apoiar na extensão da revolução pela classe operária internacional para defender a URSS, Estaline apoiou-se cada vez mais noutras forças de classe. Quer se tratasse dos kulaks, do Guomindang na China, da burocracia sindical britânica ou dos próprios imperialistas, Estaline estabeleceu acordos que sacrificavam os interesses a longo prazo da classe trabalhadora em favor de supostas vantagens a curto prazo. Longe de fortalecer a União Soviética, isso levou a um desastre sangrento após outro, minando a posição geral do proletariado internacional.

A luta de Trotsky por uma oposição de esquerda e por uma nova Quarta Internacional foi uma continuação do leninismo precisamente na medida em que lutou para construir um partido de vanguarda internacional contra as tendências social-democratas e estalinistas no movimento operário. O extermínio físico dos seus quadros, incluindo o próprio Trotsky, levou à desorientação política e à derrota nas aberturas revolucionárias que se seguiram à carnificina da Segunda Guerra Mundial. A consequência foi o fortalecimento do estalinismo e do imperialismo mundial. Foram estas derrotas históricas e o fracasso, desde essa altura, em reformar a Quarta Internacional que conduziram a novos reveses catastróficos até à destruição da própria União Soviética.

Período pós-soviético: Os "marxistas" liquidam-se no liberalismo

Na época da contrarrevolução na União Soviética, as forças que reivindicavam o manto do trotskismo ficaram esmagadoramente paradas e assistiram ou aplaudiram ativamente enquanto os ganhos remanescentes da Revolução de outubro eram destruídos. A LCI ficou sozinha na luta pelo programa de Trotsky de defesa da União Soviética e da revolução política contra a burocracia stalinista. Apesar de seu pequeno tamanho e de suas fraquezas políticas (ver documento sobre a revolução permanente), a LCI estava em seu posto quando confrontado com o teste decisivo da época. Mas a sua fraqueza e o seu isolamento são reveladores do estado miserável da esquerda revolucionária no início do novo período histórico.

As consequências do colapso da União Soviética foram devastadoras para todos os que se diziam marxistas. A rápida mudança do mundo para a direita—não para o bonapartismo ou o fascismo, mas para o liberalismo—criou uma enorme pressão para o liquidacionismo organizacional e político. Com esta viragem na situação mundial, a tarefa era reconstruir lenta e pacientemente uma vanguarda revolucionária da classe trabalhadora baseada nas lições das recentes derrotas proletárias e na oposição política ao liberalismo. Embora a LCI tenha sido capaz de explicar o colapso soviético, como o resto da esquerda "marxista", ela rejeitou a construção de uma alternativa revolucionária ao liberalismo (ver "O Revisionismo Pós-Soviético da LCI").

Ao adaptar-se ao liberalismo e ao não lutar para traçar um caminho independente para a classe trabalhadora, a esquerda "marxista" ficou sem bússola perante a estabilidade e a relativa prosperidade do novo período. Para justificar a sua existência, recorreu à promoção de crises e ao apontamento de atrocidades específicas ou de políticas reaccionárias para "provar" que o imperialismo mantinha o seu carácter reacionário. Isto simplesmente encaixava no liberalismo dominante, que não tinha qualquer problema com os críticos que queriam travar "excessos" como a guerra e o racismo no contexto da exploração "pacífica" do mundo através da expansão do capital financeiro.

As guerras, a austeridade e a opressão nacional e racial do período pós-soviético foram, naturalmente, motivo de revolta para os trabalhadores e os jovens. Mas para que esta revolta assumisse um conteúdo revolucionário, era necessário expor a forma como a liderança liberal que dominava estas várias lutas era um obstáculo ao seu avanço. Era necessário exacerbar as contradições entre o sentimento legítimo de revolta e a lealdade dos liberais ao sistema que gera estes flagelos. A tarefa era ***separar*** estes movimentos das suas direcções liberais. Mas nenhuma das organizações ditas marxistas identificou sequer essa tarefa. Em vez disso, os "revolucionários" agarraram-se a cada onda de oposição liberal ao status quo que surgia, dando uma ligeira coloração marxista ao que eram movimentos burgueses.

As organizações "trotskistas" mais à direita abandonaram a maior parte das suas pretensões marxistas e construíram a ala esquerda do neoliberalismo, quer se tratasse de partidos verdes, do Partido Democrático dos EUA, do Partido Trabalhista britânico ou do PT brasileiro. Os mandelitas franceses—pretendentes à Quarta Internacional—liquidaram a sua Ligue communiste révolutionnaire, substituindo-a pelo amorfo Nouveau Parti anticapitaliste, cujo objetivo declarado já não era a revolução da classe trabalhadora, mas apenas a criação de uma "alternativa estratégica ao social-liberalismo suave" (Daniel Bensaïd).

Outros recuaram para o pior tipo de sectarismo. Os nortistas (conhecidos pelo seu World Socialist Web Site) proclamaram que, na época da globalização, os sindicatos eram "simplesmente incapazes de desafiar seriamente as corporações organizadas internacionalmente" e que, por isso, se tinham tornado totalmente reaccionários. Apesar de todo o seu palavreado radical, esta posição anti-sindical deixa simplesmente sem contestação a liderança liberal dos sindicatos.

Os grupos mais centristas, como a LCI e a Grupo Internacionalista (GI), continuaram a proclamar a necessidade de uma liderança revolucionária e de "romper com o reformismo" em geral, mas abstraíram totalmente da necessidade de separar a esquerda do liberalismo, a principal tarefa política na coerência de um partido revolucionário naquela nova época. Necessariamente, as polémicas da LCI e do GI contra o resto da esquerda (e entre si) baseavam-se em princípios intemporais e jargão abstrato, e não na orientação da luta de classes segundo linhas revolucionárias.

O resultado de 30 anos de desorientação e capitulação ao liberalismo fala por si. Hoje, no início de uma nova época, as organizações que afirmam defender a revolução estão fragmentadas, fracas e escleróticas (literal e metaforicamente), com quase nenhuma influência no curso da luta da classe trabalhadora. Permanecem presas no mesmo molde em que trabalharam sem sucesso durante décadas.

A luta pela Quarta Internacional hoje

A luta pela revolução hoje deve basear-se numa compreensão correcta das características-chave da época. O imperialismo dos EUA continua a ser a potência dominante e a ordem mundial que construiu continua a definir a política global. Ela está a ser desafiada não pela ascensão agressiva de potências imperialistas rivais, mas pela perda relativa do peso económico e militar de todos os países imperialistas a favor da China—um estado operário deformado—e de potências regionais que têm um certo grau de autonomia, mas que continuam dependentes e oprimidas pelo imperialismo mundial. A dinâmica atual aponta para o aumento da instabilidade económica e política em todo o mundo e para conflitos regionais (Ucrânia, Taiwan, etc.) com implicações globais potencialmente catastróficas. A pressão sobre a ordem mundial está a aumentar rapidamente, tal como as pressões internas de cada país.

A maneira mais clara para o imperialismo dos EUA recuperar a iniciativa é desferindo um golpe paralisante na China. A burocracia do PCC fomentou enormes contradições dentro da China ao equilibrar-se entre o imperialismo mundial, uma classe capitalista em crescimento e o proletariado mais poderoso do planeta. O colapso do equilíbrio pós-soviético exacerbará essas contradições. O controlo do PCC não é tão sólido como parece exteriormente, especialmente face à agitação interna (como se viu nos pequenos mas significativos protestos contra os brutais lockdowns do PCC). A classe trabalhadora não vai ficar passiva enquanto as suas condições económicas não só estagnam como começam a piorar. Nem os capitalistas chineses aceitarão passivamente serem espremidos pela burocracia. Eventualmente, ou a China cairá na contrarrevolução como a URSS ou o proletariado se levantará, varrerá a burocracia e estabelecerá a democracia proletária através de uma revolução política. É impossível prever quando isso será decidido. Qualquer confronto será certamente precedido por ziguezagues violentos da burocracia, reprimindo tanto os contra-revolucionários como o descontentamento da classe trabalhadora. A tarefa dos revolucionários em relação à China é defender as conquistas da Revolução de 1949 contra a contrarrevolução e a agressão imperialista, mostrando ao mesmo tempo como a burocracia mina essas conquistas a cada passo, traindo a luta pela revolução internacional.

A luta dos EUA e dos seus aliados imperialistas para manterem o seu controlo sobre a ordem mundial terá custos sociais cada vez maiores para as suas populações nacionais. O tecido social das potências imperialistas já está a apodrecer por dentro. O equilíbrio mantido pelo crédito barato, pelos lucros monopolistas e pelas bolhas especulativas já não é sustentável, pois o nível de vida está a ser esmagado. Numerosos países ocidentais mostraram sinais de descontentamento crescente na classe trabalhadora. A França tem sido o país mais explosivo, mas mesmo países como os EUA e a Grã-Bretanha têm registado um aumento da luta sindical.

Enquanto as primeiras vagas destas lutas estão a ser derrotadas, a pressão só aumentará na base dos sindicatos. Tornará-se mais claro que nenhum dos problemas que a classe trabalhadora enfrenta pode ser resolvido através de ajustes paliativos ao status quo. Isso colocará cada vez mais claramente a necessidade de uma liderança sindical que possa conduzir a classe trabalhadora no caminho da luta revolucionária. O principal obstáculo que impede esse desenvolvimento são os chamados "revolucionários" que apoiam líderes sindicais marginalmente mais à esquerda, mas pró-capitalistas, em vez de construir oposições baseadas num programa revolucionário. Só na luta contra este centrismo será possível libertar os sindicatos das suas actuais direcções pró-capitalistas.

À medida que as ameaças se acumulam, o liberalismo está a tornar-se cada vez mais raivoso e histérico. Isto reflecte a pequena burguesia liberal que se agarra desesperadamente ao status quo. Mas também reflecte um medo legítimo entre os oprimidos face à crescente reação da direita. Os revolucionários do Ocidente têm de compreender que, para combater a reação crescente, é necessário quebrar o liberalismo que acorrenta os movimentos em defesa dos imigrantes, das minorias raciais, das mulheres e de outras pessoas sexualmente oprimidas. A crítica marxista a certos elementos isolados dos seus programas, como a reforma da polícia ou os apelos ao Estado, não é suficiente. Só mostrando na prática como o liberalismo é um obstáculo direto ao avanço das lutas dos oprimidos é que se pode quebrar o seu domínio sobre as massas. Isto não pode ser feito à margem, mas apenas a partir de dentro da luta, dando uma resposta de luta de classes a cada manifestação da tirania capitalista.

Os choques da ordem mundial atingirão mais duramente os países da base da pirâmide. A perspetiva de uma vida melhor, que até há pouco tempo parecia uma possibilidade, está agora a fechar-se para centenas de milhões de pessoas. As novas camadas da classe trabalhadora na Ásia, em África e na América Latina representam o maior perigo para o capitalismo. As massas do "Sul Global" deixaram cada vez mais o isolamento das aldeias e estão urbanizadas, alfabetizadas e ligadas ao mundo. O seu papel crescente na produção mundial confere-lhes um poder tremendo, mas a sua única perspetiva é uma maior imiseração. É esta onda de desprivilegiados que está a empurrar as forças populistas para a ribalta. As fracas classes capitalistas destes países têm de se equilibrar entre a pressão vinda de baixo, que ameaça varrê-las, e a pressão dos patrões imperialistas que controlam os fluxos internacionais de capital. A demagogia esquerdista e o obscurantismo religioso têm-se revelado, até à data, eficazes para conter o descontentamento social. Mas quando isso falha, a ditadura militar nunca está longe.

Nos países oprimidos pelo imperialismo, a luta pela emancipação nacional das garras das grandes potências e a resolução de outras tarefas democráticas mais elementares desempenham um papel decisivo. À medida que estas lutas se intensificam, será

demonstrado a cada passo que as burguesias nacionais desempenham um papel traiçoeiro, sacrificando a libertação nacional e a emancipação da classe operária e do campesinato no altar da propriedade privada. Os revolucionários devem entrar na luta e mostrar a cada passo que só a classe operária, à frente de todos os oprimidos, pode conduzir à libertação.

Em nenhuma circunstância a luta contra governos autoritários ou obscurantistas pode justificar a menor concessão ou aliança com alternativas liberais-modernizadoras pró-imperialistas. Isso só reforçaria a reação, ao mesmo tempo que amarraria as forças da reforma democrática ao imperialismo. Nos países onde a burguesia se pinta com cores "anti-imperialistas" de esquerda, é necessário expor as suas hipocrisias mentirosas, fazendo avançar a luta contra o imperialismo. Nada pode ser mais estéril e contraproducente do que ficar à margem e pregar a revolução. É obrigatório defender todas as reformas que atentem contra os interesses imperialistas. Mas isso não pode, em caso algum, justificar o apoio ao populismo burguês. A classe trabalhadora deve defender a sua independência a todo o custo, deixando sempre claro que combate o imperialismo com os seus próprios métodos e objectivos—os da luta de classes revolucionária.

As forças que lutam pela revolução internacional são atualmente minúsculas. O reagrupamento baseado num programa e numa perspetiva claros é essencial. Oferecemos o presente documento como uma contribuição para o processo de reconstrução e reagrupamento das forças para a Quarta Internacional. A LCI tem estado atolada em controvérsia interna e desorientação política, mas avança confiante de que o processo de consolidação que iniciou lhe dará um papel crucial no próximo período de turbulência social e conflito. Como Trotsky explicou:

> "O processo de cristalização, que é muito difícil e cheio de tormentos nas primeiras etapas, assumirá no futuro um carácter impetuoso e rápido.... Os grandes conflitos varrem tudo o que é intermediário e artificial e, por outro lado, dão força a tudo o que é viável. A guerra deixa espaço apenas para duas tendências nas fileiras do movimento operário: o patriotismo social, que não se detém perante qualquer traição, e o internacionalismo revolucionário, que é corajoso e capaz de ir até ao fim. É precisamente por esta razão que os centristas, receosos dos acontecimentos iminentes, estão a travar uma luta feroz contra a Quarta Internacional. À sua maneira, têm razão: na sequência de grandes convulsões, as únicas organizações que poderão sobreviver e desenvolver-se são aquelas que não só limparam as suas fileiras do sectarismo, como também as formaram sistematicamente no espírito de desprezo por toda a vacilação ideológica e cobardia".
>
> —"O sectarismo, o centrismo e a Quarta Internacional" (outubro de 1935) [Tradução do texto em inglês]

Avante para uma Quarta Internacional reforjada, partido mundial da revolução socialista! ■

Revolução permanente...

(Continuação da página 28)

Nestes países, a indústria moderna é um produto do capital estrangeiro. A tecnologia de ponta na indústria e na agricultura está lado a lado com relações sociais pré-capitalistas. Fábricas, caminhos-de-ferro, minas e portos brotam do solo onde os búfalos e as ferramentas de madeira ainda lavram a terra. O papel dominante desempenhado pelo capital estrangeiro confere à burguesia nacional um carácter extremamente fraco: só parcialmente consegue atingir a altura de uma classe dominante e, por isso, permanece presa numa posição de classe semi-dominante e semi-oprimida. Ao mesmo tempo, o capital estrangeiro proletariza a população, criando uma classe operária que passa a desempenhar um papel central na vida do país. A criação de sindicatos poderosos e, frequentemente, de partidos da classe trabalhadora representa uma força poderosa que pode fazer frente à exploração imperialista e confrontar burguesias e governos nacionais frágeis.

O atraso da economia nacional, a corrupção total dos governos locais, as inúmeras divisões étnicas e religiosas, a sobrevivência de relações pré-capitalistas: todas estas condições, mantidas e reforçadas pela dominação estrangeira, criam um laço inseparável entre a libertação social das massas trabalhadoras e a emancipação nacional. É a resistência a esta miséria e humilhação nacional, bem como as aspirações à terra, à democracia e ao desenvolvimento económico, que impulsiona a luta das massas operárias e camponesas, conferindo às suas reivindicações mais básicas um carácter explosivo.

O desenvolvimento e a modernização dos países neocoloniais requerem a resolução de tarefas democráticas básicas; o desenvolvimento da indústria nacional e de um mercado interno requer a unificação e a emancipação nacionais, bem como a reforma agrária. A burguesia nacional tem um interesse objetivo na resolução destas questões, a fim de elevar ainda mais a sua posição social como classe dominante. Mas cada uma delas exige o confronto com a subjugação imperialista. Dada a sua fraqueza em relação aos imperialistas, quando a burguesia nacional tenta resistir ao capital estrangeiro, é obrigada, em maior ou menor grau, a apoiar-se no proletariado e em toda a nação. Ao mesmo tempo, como classe proprietária, tem consciência de que o proletariado representa uma ameaça aos seus interesses. Para os proteger, vê-se obrigada a apoiar-se nos imperialistas, aos quais está ligada por mil fios. Assim, incapaz de desempenhar um papel independente, a burguesia nacional equilibra-se entre estas duas forças mais poderosas. Trotsky explica:

> "Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro joga um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia ***nacional*** em relação ao proletariado ***nacional***. Isto cria condições especiais de poder estatal. O governo gira entre o capital estrangeiro e o nacional, entre la relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto dá ao governo um caráter bonapartista de índole particular. Se eleva, por assim dizer, por cima das classes. Em realidade, pode governar ou bem convertendo-se em instrumento do capitalismo estrangeiro e submetendo o proletariado com as cadeias de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa libertada em relação aos capitalistas estrangeiros."
>
> —"A indústria nacionalizada e a administração operária" (maio de 1939)

Com base no ímpeto dos trabalhadores nacionais e com um equilíbrio de forças internacional favorável, a burguesia nacional pode levar a cabo nacionalizações, reformas agrárias e outras medidas progressistas contra os imperialistas, com o objetivo de defender a independência nacional e desenvolver a economia nacional. A nacionalização do petróleo no México, em 1938, sob o comando de Lázaro Cárdenas, ou a tomada do Canal de Suez pelo egípcio Gamal Abdel Nasser, em 1956, são exemplos clássicos desse processo. Mas a burguesia leva a cabo tais medidas para os seus próprios objectivos e com os seus próprios métodos. Ela procura manter-se à frente da luta de libertação nacional

para conter e canalizar as aspirações sociais e económicas dos oprimidos dentro de limites aceitáveis para o seu domínio de classe, de modo a melhorar a sua própria posição como classe semi-governante face aos imperialistas.

As burguesias dos países subjugados estão plenamente conscientes de que uma luta séria contra o imperialismo exige um levantamento revolucionário das massas, o que seria uma ameaça para a própria burguesia nacional. Trotsky escreveu:

> "Um movimento democrático ou de libertação nacional pode oferecer à burguesia uma oportunidade para aprofundar e alargar as suas possibilidades de exploração. A intervenção independente do proletariado na arena revolucionária ameaça privar a burguesia da possibilidade de explorar completamente."
>
> —*A Terceira Internacional depois de Lenin* (1928)
> [Tradução do texto em inglês]

Ao mobilizar as massas, a burguesia tem de manter um controlo rigoroso sobre elas—esmagando os partidos revolucionários; mantendo um controlo férreo sobre os sindicatos através da burocracia laboral e, por vezes, integrando-os diretamente no Estado; patrocinando a criação de organizações camponesas controladas pelo Estado, etc. A luta de classes, as tomadas de terra, as tentativas de formar sindicatos e organizações camponesas independentes—qualquer esforço de ação anti-imperialista independente por parte das massas é enfrentado com uma repressão sangrenta. É suprimindo a única força que pode proporcionar uma verdadeira emancipação nacional e modernização—a classe operária aliada ao campesinato—que a burguesia nacional não só impede a revolução social como sabota a luta anti-imperialista a cada passo, traindo-a e abrindo caminho à reação imperialista. Devido aos seus laços com a propriedade capitalista e à necessidade de defender os seus interesses de classe contra as massas proletárias, a burguesia nacional não só é incapaz de resolver as tarefas da emancipação nacional e da revolução agrária, senão desempenha um papel completamente reacionário neste processo.

Só o proletariado, reunindo atrás de si as massas camponesas e a pequena burguesia urbana, é capaz de quebrar o jugo do capital estrangeiro, concluir a revolução agrária e estabelecer a democracia plena para os trabalhadores sob a forma de um governo operário e camponês. Como Trotsky explicou em relação à Rússia em *A Revolução Permanente* (1929 Introdução à primeira edição russa):

> "Cheguei, assim, à conclusão de que a nossa revolução burguesa só podia realizar de fato as suas tarefas no caso do proletariado, apoiado pelos milhões de camponeses, concentrar em suas mãos a ditadura revolucionária.
>
> "Qual seria o conteúdo social dessa ditadura? Antes de mais nada, sua missão consistiria em levar até o fim a revolução agrária e a reconstrução democrática do Estado.
>
> "Em outras palavras, a ditadura do proletariado tornar-se-ia a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária. Mas esta não poderia ser contida aí. No poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, ou, seja, empreender o rumo das medidas socialistas."

A chegada ao poder do proletariado num país não completa a revolução, mas apenas a inicia. Para modernizar os países atrasados, para desenvolver uma indústria e um mercado nacionais, para tirar as massas da miséria—tudo isso requer o mais alto nível de tecnologia e produtividade e acesso ao mercado mundial—a divisão internacional do trabalho. No entanto, tudo isto está sob o controlo do imperialismo. Enquanto o imperialismo mundial permanecer, as conquistas de um único país continuam sujeitas à asfixia imperialista e à constante ameaça de reversão. A vitória da revolução neocolonial e o desenvolvimento do socialismo exigem a derrota do imperialismo na arena mundial, ou seja, a extensão da revolução aos centros imperialistas.

Nos países subjugados, o primeiro passo para este objetivo é a formação de partidos revolucionários cuja principal tarefa é ***arrancar a liderança*** da luta anti-imperialista das mãos da burguesia nacional. Isto só pode ser conseguido ***levando*** a luta pela libertação nacional até às suas últimas consequências, no processo expondo perante as massas todas as vacilações, capitulações e traições da burguesia. Apreender os bens dos imperialistas, sobretudo os seus bancos; expropriar os latifundiários, nacionais e estrangeiros; repudiar a dívida e todos os tratados de comércio "livre"—qualquer ação consistente que faça avançar a luta contra a escravatura imperialista coloca as massas contra a burguesia. Como observou Trotsky, esta classe "tem sempre uma sólida retaguarda atrás de si no imperialismo, que a ajudará sempre com dinheiro, bens e cartuchos contra os operários e camponeses" ("A Revolução Chinesa e as Teses do Camarada Estaline", maio de 1927). Ele explicou:

> "Tudo o que põe de pé as massas oprimidas e exploradas dos trabalhadores empurra inevitavelmente a burguesia nacional para um bloco aberto com os imperialistas. A luta de classes entre a burguesia e as massas de trabalhadores e camponeses não é enfraquecida, mas, pelo contrário, é aguçada pela opressão imperialista, até ao ponto de uma guerra civil sangrenta em cada conflito sério." [Tradução do texto em inglês]

Ao mesmo tempo, na medida em que a burguesia procura obter concessões dos imperialistas, os revolucionários apoiam essas medidas, mantendo total independência organizacional e política, e procuram mobilizar o proletariado e o campesinato para as levar a cabo com os seus próprios objectivos e com os seus próprios métodos:

Nacionalizações?
Nenhuma indemnização! Ocupem as fábricas, as minas, os caminhos-de-ferro até que os imperialistas cedam!

Reforma agrária burocrática e limitada?
Comités de camponeses para tomar as terras!

Ameaça imperialista de "mudança de regime"?
Armar os trabalhadores e os camponeses!

Em todos os casos, os trotskistas defendem a ação independente das massas no decurso da luta, a fim de quebrar o domínio da burguesia nacionalista.

Para combater a influência da burguesia, é crucial combater o nacionalismo, a principal ferramenta ideológica que ela utiliza para reunir o proletariado e os oprimidos em torno dos seus interesses. O nacionalismo coloca o proletariado contra as minorias nacionais e os seus irmãos e irmãs de classe de outras nações oprimidas, e crucialmente contra a classe trabalhadora das nações opressoras, impedindo a unidade revolucionária na luta contra o inimigo comum, os imperialistas. Mas, para libertar as massas do nacionalismo, é necessário distinguir entre o nacionalismo do opressor, que é uma expressão do chauvinismo imperial, e o nacionalismo do oprimido, uma reação à opressão. Negar esta distinção é negar o desejo de emancipação das massas. O nacionalismo não pode ser derrotado pela pregação de um internacionalismo abstrato. Ele só pode ser vencido na luta, demonstrando a traição da burguesia nacional na luta pela emancipação.

Os interesses do proletariado exigem a solidariedade total dos trabalhadores de ***todas*** as nações. Nos países imperialistas, os partidos revolucionários devem imbuir o proletariado da compreensão de que a emancipação das nações subjugadas é do seu próprio interesse objetivo: cada derrota dos imperialistas no estrangeiro reforça a posição do proletariado no seu país. Os trotskistas devem lutar por uma rutura com os social-chauvinistas ***dentro*** das fileiras do movimento operário—os defensores da OTAN e da União Europeia, os burocratas

sindicais na América do Norte que apoiam o pacto de "livre comércio" USMCA—e com os centristas que mantêm a unidade com os social-chauvinistas. Só assim se pode ultrapassar a desconfiança e os preconceitos nacionalistas nas neocolónias. ***O inimigo principal está em casa! Expulsar os burocratas sindicais pró-imperialistas! Pela revolução operária nos países imperialistas!***

Os partidos revolucionários nas nações oprimidas, ao liderarem a luta contra a opressão imperialista, devem educar as massas trabalhadoras no espírito da unidade revolucionária com o proletariado das nações opressoras. A unidade das nações oprimidas contra o imperialismo não pode ser realizada sob a égide das venais burguesias compradoras, para quem "patriotismo" significa a defesa de sua propriedade privada. Ele só pode ser alcançado sob a liderança da classe trabalhadora aliada ao campesinato. ***Confiscar todos os bens do imperialismo! Terra ao lavrador! Pela libertação nacional e social!***

A experiência tem demonstrado que, em circunstâncias excepcionais, os movimentos de guerrilha de base camponesa são capazes de derrotar o imperialismo num único país e expropriar a burguesia nacional (por exemplo, China, Cuba, Laos, Vietname). No entanto, a vitória de tais movimentos pode levar a nada mais do que o estabelecimento de regimes burocráticos de tipo estalinista que mantêm o seu domínio através da repressão brutal das massas trabalhadoras, enquanto o país permanece sujeito às pressões do mercado mundial. A marca registada destas burocracias estalinistas é a sua firme oposição à extensão da revolução socialista para além das suas fronteiras nacionais, na esperança ilusória de apaziguar o imperialismo. Para defender e alargar as conquistas destas revoluções é necessária uma nova revolução contra estes burocratas. Por isso, as tarefas dos revolucionários acima expostas também se aplicam a essas sociedades: Os trotskistas devem tomar a liderança da luta anti-imperialista das mãos dos burocratas e conduzi-la sob a bandeira do autêntico leninismo. ***Defender a China, a Coreia do Norte, o Laos, Cuba, o Vietname contra o imperialismo e a contrarrevolução! Pela revolução política contra os traidores estalinistas! Pelo comunismo de Lenin e Trotsky!***

O triunfo definitivo contra o imperialismo só pode ser assegurado pela fusão da luta do proletariado nos países imperialistas contra a sua "própria" classe dominante com a luta dos trabalhadores das nações oprimidas contra os mesmos imperialistas e os seus agentes locais.

Trabalhadores de todo o mundo e povos oprimidos, unem-se!

A REVISÃO DA REVOLUÇÃO PERMANENTE PELA LCI

Deformado à nascença

Desde o seu início, a abordagem da tendência espartaquista ao problema da revolução nos países neocoloniais e nas nações oprimidas baseou-se numa revisão da revolução permanente. Para compreender como e porquê foi este o caso, é necessário olhar para o contexto histórico e político em que a nossa tendência elaborou a sua abordagem.

O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi marcado por um recrudescimento das lutas de libertação nacional, alimentado pelo desmembramento dos impérios coloniais britânico e francês e pelo reforço da autoridade da URSS após a sua vitória sobre a Alemanha nazista. O mundo estava dividido entre duas superpotências que representavam dois sistemas sociais rivais: a URSS e o imperialismo americano. Nesta situação, os países oprimidos tinham margem de manobra e muitos procuravam a União Soviética para obter apoio militar e político na sua luta contra o imperialismo. Até ao final da década de 1970, as revoltas abalaram o mundo neocolonial: China, Coreia, Indochina, Índia, Chipre, Argélia, Cuba, mundo árabe, Chile, etc. À cabeça destes movimentos estavam forças burguesas e pequeno-burguesas. Na maior parte dos casos, o resultado foi a independência formal sob o domínio nacionalista burguês, enquanto o jugo da subjugação imperialista permaneceu no lugar.

Ao longo deste período, a estratégia de quase toda a esquerda marxista internacional consistiu em apoiar aberta ou criticamente as lideranças nacionalistas destes movimentos e os seus regimes. A justificação era que a opressão imperialista das colónias e neocolónias dava à burguesia nacional um papel objetivamente progressista e que a vitória das forças nacionalistas equivaleria à realização da revolução democrático-burguesa, abrindo assim o caminho para o socialismo. Com o argumento de que o "processo objetivo" forçaria as lideranças nacionalistas burguesas e pequeno-burguesas ao socialismo, o papel dos revolucionários reduzia-se a empurrá-las para a esquerda. Era este o quadro teórico dos partidos estalinistas e das suas ramificações maoístas, da Nova Esquerda e dos pseudo-trotskistas. (Michel Pablo, ex-dirigente da Quarta Internacional, acabou como conselheiro do governo burguês argelino de Ben Bella.)

Isto era uma negação absoluta da liderança revolucionária da luta de libertação nacional. Se o "processo objetivo" conduziria à libertação e ao socialismo, então não havia necessidade de partidos revolucionários. Na realidade, isto significava amarrar o proletariado e as massas camponesas à burguesia nacional, traindo a luta anti-imperialista e a revolução socialista. Para os revolucionários, o que se colocava era fornecer um programa para a ação independente das massas trabalhadoras para as suas necessidades e aspirações como um meio de fazer avançar a luta anti-imperialista e, no processo, emergir à sua frente em contraposição aos nacionalistas e estalinistas. Só nesta base foi possível expor o programa de colaboração de classes da esquerda como um obstáculo à vitória contra o imperialismo e iniciar um processo de cisões e fusões para construir uma autêntica corrente trotskista.

No entanto, a tendência espartaquista não seguiu este rumo. Confrontados com a liderança burguesa das lutas de libertação nacional e com o nacionalismo de cauda da esquerda, recorremos a uma linha rígida e sectária, denunciando o nacionalismo no mundo neocolonial como reacionário até a medula. Partindo de um impulso correto para nos opormos ao liquidacionismo da esquerda, chegámos criminosamente ao repúdio do núcleo da revolução permanente: colocar a luta pela libertação nacional no centro da estratégia revolucionária para o mundo neocolonial. À parte as frases ortodoxas que resumem a revolução permanente, contrapusemos a libertação nacional à luta de classes e à revolução socialista. Ao fazê-lo, rejeitámos sistematicamente a luta pela liderança comunista da luta de libertação nacional, reforçando o domínio dos nacionalistas e das forças pequeno-burguesas sobre as massas. Este quadro geral equivaleu, no fundo, a uma capitulação perante o imperialismo.

A libertação nacional: Espinho no pé ou alavanca da revolução?

Eis dois exemplos clássicos da visão da tendência espartaquista sobre a questão nacional:

> "Em geral, o nosso apoio ao direito à auto-determinação é negativo: oposição intransigente a todas as manifestações de opressão nacional como um meio para a unidade da classe trabalhadora, não como o cumprimento do 'destino manifesto' ou 'herança' de

> uma nação, nem como apoio a nações 'progressistas' ou ao nacionalismo. Apoiamos o direito à auto-determinação e as lutas de libertação nacional para retirar a questão nacional da agenda histórica, e não para criar outra questão desse género."
>
> —"Teses sobre a Irlanda", *Spartacist* (edição em inglês) n. 24, outono de 1977

E:

> "Nas nações oprimidas dentro de estados multinacionais, a questão de ***advogar ou não*** a independência depende da profundidade dos antagonismos nacionais entre os trabalhadores das diferentes nações. Se as relações se tornaram tão envenenadas que tornam impossível uma genuína unidade de classe dentro de um único poder estatal, apoiamos a independência como a única forma de retirar a questão nacional da agenda e trazer a questão de classe para o primeiro plano."
>
> —"O nacionalismo de Quebec e a luta de classes", *Spartacist Canada* n. 12, janeiro de 1977

Esta abordagem da questão nacional baseava-se em considerá-la não como uma alavanca para a revolução socialista mas como um espinho no pé—um problema irritante que precisava de ser removido para abrir caminho à luta de classes "pura". Isto não tem nada a ver com o marxismo. A abordagem dos revolucionários consiste em usar cada opressão, cada crise, cada ato de resistência para forjar a unidade da classe trabalhadora na luta para derrubar a burguesia. A este respeito, a resistência à dominação estrangeira nos países oprimidos constitui um poderoso martelo para quebrar o imperialismo mundial. Mas em vez de fazer avançar a luta pelo socialismo com base nas lutas sociais e nacionais reais em curso, de uma forma sectária e doutrinária a tendência espartaquista procurou projetar na realidade viva a sua própria versão idealizada da luta de classes, expurgada de quaisquer "inconvenientes" nacionais.

Esta abordagem da questão nacional não é uma novidade na história do movimento comunista. Lenin combateu-a durante toda a sua vida, em particular contra os chamados socialistas que olharam com desdém para a Revolta da Páscoa de Dublin de 1916 e a consideraram um mero "putsch". Em "A Discussão sobre a Autodeterminação resumida" (julho de 1916), Lenin incluiu uma secção sobre a rebelião irlandesa (que reimprimimos, sem nos apercebermos de que todo o seu conteúdo nos era dirigido). Ele explicou:

> "As visões dos oponentes da autodeterminação os fez com que chegassem à conclusão que a vitalidade das pequenas nações oprimidas pelo Imperialismo já foi desfeita, que elas não podem desempenhar qualquer papel contra o Imperialismo, que o apoio à suas aspirações puramente nacionais não levará à nada, etc."

Embora não rejeitássemos o direito à autodeterminação, toda a nossa abordagem era moldada pela ideia de que nada de bom resultaria do "problema nacional". Lenin continua:

> "Quem quer que chame ***tal*** rebelião de 'putsch' ou é um reacionário obstinado, ou um doutrinário sem esperanças incapaz de enxergar uma revolução social como um fenômeno vivo.
>
> "Imaginar que uma revolução social é ***concebível*** sem as revoltas das pequenas nações nas colônias e na Europa, sem as explosões revolucionárias de um setor da pequena-burguesia ***com todos seus preconceitos***, sem um movimento do proletariado politicamente não-consciente e massas semiproletárias contra a opressão de seus latifundiários, da Igreja, e da Monarquia, contra a opressão nacional, etc.—imaginar isso é ***condenar a revolução social***. Então, um exército se enfileira em um local e diz 'Nós apoiamos o socialismo', e outro, em outro local qualquer, diz 'Apoiamos o Imperialismo', e isso será uma revolução social! Apenas aqueles que têm uma visão tão ridiculamente pedante podem difamar a rebelião irlandesa chamando-a de 'putsch'.
>
> "Quem espera uma revolução social 'pura' ***nunca*** vai viver para vê-la. Tal pessoa fala tanto de revolução sem entender o que é uma revolução."

Qual é o método para "retirar" a questão nacional da "agenda histórica" senão esperar uma revolução "pura," "não contaminada" pelos sentimentos nacionais dos povos oprimidos?

A revolução socialista não é uma batalha única, mas uma série de batalhas que se desenrolam sobre uma multiplicidade de questões democráticas, económicas e sociais. Nos países sob o jugo da dominação estrangeira, procurar "eliminar" a questão nacional como condição prévia para a luta socialista significa negar que o estado de subdesenvolvimento imposto pelo imperialismo traz objetivamente para primeiro plano as tarefas democráticas como alavanca fundamental para a revolução socialista. O núcleo da revolução permanente—e a lição central da Revolução de outubro de 1917—resume-se à revolução democrático-burguesa, realizada pelo proletariado revolucionário à frente do campesinato e de todos os oprimidos, que se transforma em revolução socialista. Trotsky explicou:

> "A ditadura do proletariado, que sobe ao poder como força dirigente da revolução democrática, será colocada, inevitável e muito rapidamente, diante de tarefas que a levarão a fazer incursões profundas no direito burguês da propriedade. No curso do seu desenvolvimento, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista, tornando-se, pois, uma revolução ***permanente***."
>
> *—A Revolução Permanente*

Em contrapartida, toda a nossa abordagem consistia em refletir sobre a forma como esta ou aquela questão democrática poderia ser "retirada" da agenda. Mas isto revelou-se mais complicado de fazer em regiões de povos interpenetrados, como a Irlanda do Norte ou Israel/Palestina, em que dois grupos nacionais têm reivindicações concorrentes de auto-determinação sobre o mesmo território. A tendência espartaquista criou assim uma "teoria" para os casos de povos interpenetrados. O nosso artigo seminal sobre a questão de Israel/Palestina postulava:

> "Quando as populações nacionais estão geograficamente interpenetradas, como aconteceu na Palestina, um Estado-nação independente só pode ser criado através da sua separação forçada (transferências forçadas de população, etc.). Assim, o direito democrático de autodeterminação torna-se abstrato, pois só pode ser exercido se o grupo nacional mais forte expulsar ou destruir o mais fraco.
>
> "Nestes casos, a única possibilidade de uma solução democrática reside numa transformação social."
>
> —"Nascimento do Estado Sionista, segunda parte: A Guerra de 1948", *Workers Vanguard n.* 45, 24 de maio de 1974

Era claramente impossível "retirar" a questão nacional da ordem do dia em lugares como Belfast ou Gaza. Por isso, proclamámos a necessidade de uma revolução. Mas a questão mantém-se: ***como*** é que uma revolução pode acontecer aí? Todo o programa subjacente à "teoria" dos povos interpenetrados consistia em proclamar a necessidade da revolução socialista, rejeitando simultaneamente a necessidade de colocar a luta de libertação nacional dos palestinianos e dos católicos irlandeses no centro da nossa estratégia revolucionária. Em vez disso, a revolução socialista é vista como um processo em que ambos os grupos nacionais abandonam os seus sentimentos nacionais em favor da unidade nas exigências económicas e da solidariedade liberal.

Qualquer "marxista" que pense que a luta de libertação nacional é um espinho no pé na revolução e que deve ser posta de lado para se lutar pelo socialismo está, na melhor das hipóteses, condenado à irrelevância ou, na pior, é um agente do opressor no poder que exige que os oprimidos abandonem as suas aspirações nacionais como condição prévia para a unidade. A única forma de uma revolução acontecer em Israel/Palestina ou na Irlanda do Norte é através de uma revolta pela libertação nacional dos palestinianos e dos católicos irlandeses, que não afectaria os direitos nacionais dos protestantes e dos israelitas, mas emanciparia os trabalhadores da sua classe dominante e dos seus apoiantes imperialistas. É precisamente porque os nacionalistas irlandeses e palestinianos são incapazes de ter uma tal perspetiva, e se opõem a ela, que só uma liderança comunista

pode conseguir uma resolução justa e democrática para o problema nacional.

Num sinal de total impotência, as "Teses sobre a Irlanda", um documento fundamental que elabora o nosso ponto de vista sobre o problema nacional naquele país, afirma na sua primeira tese:

> "Existe uma forte possibilidade de que uma solução justa, democrática e socialista para a situação na Irlanda só venha a surgir sob o impacto da revolução proletária noutros locais e, concretamente, possa ser levada pelas baionetas de um Exército Vermelho contra a oposição de uma parte significativa de uma ou de ambas as comunidades da ilha."

No que se refere à Palestina, os nossos artigos sublinharam constantemente que a revolução é muito provavelmente impossível enquanto não houver uma revolução num país vizinho. Declarar antecipadamente que não acreditamos realmente na possibilidade de uma revolução autóctone na Irlanda do Norte ou na Palestina e que não consideramos que a nossa intervenção desempenhe um papel vital e decisivo nessas regiões equivale a erguer uma faixa onde se lê: "Estamos falidos".

A tarefa dos comunistas não é contrapor a luta pela libertação nacional à luta pelo socialismo, mas fundi-las. Uma tal perspetiva é inconcebível com a rigidez e a estreiteza de espírito que caracterizaram a abordagem da tendência espartaquista à questão nacional; ela requer o método e o programa da revolução permanente. A aplicação da revolução permanente não se restringe a países com um campesinato ou de desenvolvimento capitalista tardio. O seu método está no próprio coração do programa comunista moderno. A lição central que Marx e Engels tiraram das revoluções de 1848 na Europa foi a necessidade da liderança proletária das lutas democráticas e sociais. No final do seu "Discurso da Autoridade Central à Liga (Comunista)", de março de 1850, Marx e Engels sublinharam que os trabalhadores

> "têm de ser eles próprios a fazer o máximo pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando quanto antes a sua posição de partido autónoma, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado. O seu grito de batalha tem de ser: a revolução em permanência."

Leninismo vs. LCI sobre o nacionalismo: Revolução permanente vs. indignação liberal

Uma questão central da revolução para a maioria dos países do mundo é a superação das divisões nacionais. Esta questão é particularmente complexa nos países de desenvolvimento tardio, onde a nação dominante (ou grupo étnico ou religioso), embora oprimida pelo imperialismo, é também a opressora das nações minoritárias. É o caso da Índia, do Irão e da Turquia, para citar apenas alguns. O texto seguinte, retirado de um artigo sobre o Próximo-Oriente, exemplifica a nossa abordagem a esta questão:

> "Não esqueçamos que os árabes palestinianos são vítimas do nacionalismo do oprimido tornado opressor. No Birundi [sic], se o golpe de Estado dos hutus contra a minoria dominante dos Tutis [sic] tivesse sido bem sucedido, o tribalismo dos oprimidos ia ter-se traduzido no nacionalismo genocida do opressor. Todo o nacionalismo é reacionário, pois o nacionalismo bem sucedido é igual a genocídio."
>
> —"Nacionalismo assassino e traição estalinista no Oriente-Próximo", *Workers Vanguard* n. 12, outubro de 1972

Isto elimina qualquer contradição no nacionalismo da nação dominante nos países oprimidos. O genocídio dos tutsis no Ruanda, em 1994, ***é*** a realidade do nacionalismo hutu. No entanto, o nacionalismo hutu ***não*** é fundamentalmente o mesmo que o nacionalismo americano ou francês—é o produto da violação imperialista belga, depois francesa e agora americana da região. É, em parte, uma resposta reacionária a esta realidade. O conflito Hutu-Tutsi não pode ser corretamente abordado ***nem resolvido*** fora deste entendimento.

A mesma abordagem esteve subjacente ao nosso trabalho sobre a revolução iraniana de 1979, no qual equiparámos a oposição ao Xá liderada pelos mulás a Hitler e ao Ku Klux Klan!

> "Todas as forças de oposição à monarquia na sociedade iraniana, incluindo o proletariado organizado e a esquerda, tinham-se juntado atrás de Khomeini. Mas o núcleo do movimento de Khomeini eram os mullahs (o clero muçulmano xiita, com 180.000 efectivos) e os *bazaaris*, a classe mercantil tradicional que estava a ser esmagada pela modernização do país. Esta classe social tradicional está condenada pelo progresso económico e, por isso, é naturalmente propensa à ideologia reacionária e às suas expressões políticas.
>
> "Para os oportunistas, é impensável que possa haver uma mobilização de massas reacionária contra um regime reacionário. No entanto, a história oferece exemplos de movimentos de massas reacionários. Adolf Hitler organizou um movimento de massas indubitável que derrubou a República de Weimar. Nos Estados Unidos, na década de 1920, o Ku Klux Klan era uma organização dinâmica e crescente, capaz de mobilizar dezenas de milhares de activistas nas ruas."
>
> —"O Irã e a esquerda: por que eles apoiaram a reação islâmica", *Workers Vanguard* n. 229, 13 de abril de 1979

Os mullahs ***são*** reacionários: o regime islâmico no Irão é anti-mulher, anti-sunita e contra os direitos nacionais de todos os povos não persas dentro das fronteiras do Irão. No entanto, os mullahs foram uma resposta reacionária à pilhagem imperialista do Irão que a monarquia Pahlavi facilitou. Era impossível minar o apelo popular dos mullahs sem reconhecer esta realidade. A implicação da nossa propaganda era intervir entre os participantes na revolta de 1979, dizendo àqueles que tinham ilusões na liderança islamista que estavam a seguir um movimento de tipo hitleriano!

Todo o nosso enquadramento negava o facto da luta das massas persas para se libertarem do jugo imperialista ser uma luta progressista. A nossa tarefa consistia em explicar que, enquanto permanecesse nas garras dos mullahs, seria necessariamente dirigida contra as minorias nacionais e outras minorias, conduzindo à sua perseguição e, ao mesmo tempo, minando a libertação da própria maioria persa. A única maneira de quebrar o domínio dos mullas era mostrar concretamente como a sua liderança era um obstáculo às aspirações legítimas e progressivas das massas de se libertarem do Xá e do imperialismo.

O seguinte texto de Engels, embora se refira à opressão da Polónia pela Alemanha, aplica-se plenamente a países como o Irão, que são simultaneamente oprimidos e opressores:

> "Nós, democratas alemães, temos um interesse especial na libertação da Polónia. Foram os príncipes alemães que tiraram grandes vantagens da divisão da Polónia e são os soldados alemães que ainda mantêm a Galiza e Posen. A responsabilidade de remover esta desgraça da nossa nação recai sobre nós, alemães, e sobretudo sobre nós, democratas alemães. ***Uma nação não pode tornar-se livre e, ao mesmo tempo, continuar a oprimir outras nações.*** A libertação da Alemanha não pode, portanto, ter lugar sem a libertação da Polónia da opressão alemã. E por isso, a Polónia e a Alemanha têm um interesse comum, e por isso, os democratas polacos e alemães podem trabalhar juntos para a libertação de ambas as nações." [sublinhado nosso]
>
> —"Sobre a Polónia" (novembro de 1847)
> [Tradução do texto em inglês]

Em países como o Irão ou a Índia, a sua libertação da subjugação imperialista ***não pode*** acontecer enquanto as nacionalidades e os povos minoritários desses estados continuarem a ser sujeitos à opressão da nação dominante. Esta última tem "um interesse especial" na libertação das minorias oprimidas e deve tornar-se a sua defensora mais consequente, pois sem isso a sua própria libertação não pode avançar um passo. Porquê? Uma vez que é o imperialismo o responsável pelo estado de miséria das massas, e uma vez que foi o imperialismo que arquitectou a

miríade de divisões, forçando nações e povos a entrar em fronteiras arbitrárias, os trabalhadores devem unir-se ***em oposição*** ao próprio imperialismo. É do interesse objetivo dos trabalhadores e camponeses persas que trabalham num país sufocado por sanções imperialistas defender a libertação dos seus irmãos e irmãs curdos, baluchis e azeris como parte da sua própria luta pela libertação. Isto inclui a defesa do seu direito à autodeterminação, ou seja, à secessão.

Quanto mais agressivamente os revolucionários do povo dominante (por exemplo, os turcos na Turquia ou os persas no Irão) defenderem os direitos nacionais dos povos oprimidos nos seus respectivos países, mais serão capazes de destruir as maquinações de divisão e conquista dos imperialistas. Isso atrapalharia as manobras dos EUA para transformar os oprimidos numa peão para o imperialismo, como no caso dos curdos sírios.

Isto era completamente alheio à nossa perspetiva, que fez desaparecer o facto de a opressão imperialista ser o combustível do nacionalismo. Por exemplo, no nosso trabalho sobre o Sri Lanka, rejeitámos todas as medidas tomadas pelo regime do Partido da Liberdade do Sri Lanka de Bandaranaike como motivadas pelo chauvinismo anti-Tamil ou como insignificantes, negando que incluíssem afirmações de soberania nacional contra o imperialismo. Numa polémica contra o apoio da burocracia chinesa ao regime de Bandaranaike, escrevemos:

> "Os chineses estão reduzidos a descrever a declaração da República do Sri Lanka, ***ela própria um apelo explícito e demagógico ao chauvinismo cingalês***, como 'uma vitória significativa conquistada pelo seu povo na sua luta prolongada contra o imperialismo e pela salvaguarda da independência nacional'." [sublinhado nosso]
>
> —"A 'Frente Unida Anti-Imperialista' no Ceilão", *Young Spartacus* n. 19, setembro-outubro de 1973

Não há dúvida de que o regime de Bandaranaike alimentou o chauvinismo anti-Tamil. No entanto, a partir deste reconhecimento correto, passámos a combater o nacionalismo cingalês, negando que ele fosse, à sua maneira sangrenta e reacionária, uma resposta ao domínio britânico da ilha. Isto levou-nos a rejeitar a própria proclamação da República do Sri Lanka, que cortava os laços com a monarquia britânica!

No caso do Sri Lanka, qualquer defesa dos Tamil que não parta da oposição ao imperialismo reflectirá uma perspetiva imperialista liberal. Esta é a cartilha que os imperialistas usam em todo o lado: exploram a situação das minorias para promover os seus interesses, varrendo para debaixo do tapete o facto de toda a situação existir devido ao seu domínio. O Sri Lanka não é diferente. Com a perspetiva que tínhamos, um pequeno núcleo que procura tornar-se um partido revolucionário não pode sequer começar a encontrar um ponto de apoio entre os trabalhadores da nação dominante e só pode reforçar o domínio dos nacionalistas sobre eles. E na medida em que apela aos tâmeis oprimidos, não seria do seu interesse, uma vez que não ajudaria a ultrapassar os antagonismos nacionais ou a avançar uma luta comum contra o opressor tanto dos tâmeis como dos cingaleses: o imperialismo. Por outras palavras, seria—e de facto foi—um programa liberal-imperialista para os tâmeis (protesto contra a sua opressão) e um programa liberal-imperialista para os cingaleses (tratar melhor os tâmeis!).

Nos países oprimidos, o chauvinismo da nação dominante imposto às minorias resulta, em parte, do enfraquecimento face à pilhagem imperialista. Quanto mais a luta contra o imperialismo é travada, mais a nação dominante se volta contra as minorias internas, sejam elas nacionais, religiosas ou outras. No fundo, isto deve-se à realidade dos países sob a bota do imperialismo: se o desenvolvimento material não ocorre à custa dos imperialistas, tem de ocorrer à custa dos trabalhadores e das minorias oprimidas dentro da neocolónia. A burguesia nacional é capaz de desviar a raiva contra a situação miserável e o subdesenvolvimento jogando com sentimentos nacionais e religiosos, mantendo o país dividido. Pelo contrário, quanto mais forte for a oposição dos povos de um país oprimido ao imperialismo, seu opressor comum, mais estreita será a unidade entre eles e mais fraco será o chauvinismo do grupo dominante.

O principal inimigo é o imperialismo

A tendência espartaquista procurou combater o nacionalismo burguês argumentando que, nas neocolónias e nas nações oprimidas, o principal inimigo dos trabalhadores e dos oprimidos era a burguesia nacional. Em relação ao México, que está diretamente sob a bota do imperialismo americano e cuja vida interna é definida em todos os sentidos por esta opressão, escrevemos: "Nós, espartacistas, insistimos que no México o inimigo principal está em casa: é a burguesia mexicana, lacaia do imperialismo" ("México: O homem do NAFTA tem os operários em seu alvo", *Workers Vanguard* n. 748, 15 de dezembro de 2000). Num artigo sobre a Irlanda do Norte, com o título estúpido "Não verde contra laranja, mas classe contra classe!" (*Workers Vanguard n.* 7, abril de 1972), damos uma lição:

> "Todos os capitalistas são inimigos de todos os trabalhadores em todo o lado, mas a principal batalha dos trabalhadores de uma nação deve ser sempre contra a sua própria burguesia—só assim oferecem aos seus irmãos de classe no estrangeiro uma promessa séria do seu internacionalismo, de que não estão ao lado dos seus próprios capitalistas, mascarando a sua posição com frases de luta de classes, contra os trabalhadores de outros países."

Tomando como ponto de partida a "independência de classe", este argumento filisteu nega que, nos países neocoloniais, o inimigo principal é o imperialismo, e não a fraca burguesia nacional que, como nós próprios notámos, está reduzida ao papel de mero lacaio. Os nacionalistas e vários grupos de esquerda utilizam esta verdade para justificar o seu apoio à burguesia nacional. Mas pôr um signo de menos onde os nacionalistas põem um de mais não faz avançar a luta para libertar as massas do nacionalismo. Pelo contrário, tal abordagem só pode desacreditar os comunistas aos olhos dos trabalhadores e camponeses e construir os nacionalistas como o único representante das aspirações nacionais das massas contra a dominação estrangeira. Simplesmente capitula perante o imperialismo.

Nas últimas décadas, a LCI absteve-se de usar "o principal inimigo está em casa" para o México. O camarada Jim Robertson argumentou, no início dos anos 2000, que deveríamos parar de fazer esse apelo, dada a pilhagem nua e crua do México pelas mãos dos EUA. No entanto, o conteúdo deste slogan continuou a ser o princípio orientador do nosso trabalho nesse país. Por exemplo, pouco depois desta intervenção, o camarada Ed C. defendeu que no México a nossa tarefa consistia em "liderar a nação na luta contra o domínio imperialista". Foi fortemente denunciado numa moção pela direção da nossa secção americana:

> "No que diz respeito ao México, um partido de trabalhadores que não é guiado por uma perspetiva revolucionária, internacionalista e proletária, mas que, em vez disso, abraça como sua principal tarefa 'liderar a nação na luta contra a dominação imperialista', seria um partido que se esquiva de cumprir o seu programa proletário—ou seja, seria pelo menos tacitamente menchevique. Não haveria razão para tal partido manter a sua independência de classe."

Isto não é apenas um repúdio total da revolução permanente, mas é de facto uma inversão do estalinismo, que, em nome da luta contra o imperialismo, subordina o proletariado a uma aliança com a burguesia. A referida moção, em nome da independência de classe, abandona completamente a luta contra o imperialismo. Quer se trate do estalinismo ou do Bureau Político da SL/U.S., o resultado é o mesmo: a luta contra o

imperialismo fica nas mãos dos nacionalistas burgueses. Esta conferência afirma que "liderar a nação na luta contra a dominação imperialista" *é* a tarefa dos comunistas nas neocolónias.

O desenvolvimento nacional das nações oprimidas é historicamente progressivo

O desenvolvimento do Estado-nação na Europa durante os séculos XVII-XIX desempenhou um papel progressivo na eliminação das estruturas feudais e na consolidação do capitalismo. Mas na era do imperialismo, o capital ultrapassou as fronteiras do Estado-nação. O imperialismo significa a extensão e o aprofundamento da opressão nacional numa nova base histórica. Por conseguinte, embora a natureza progressiva dos movimentos nacionais nas potências imperialistas seja uma coisa do passado, nas nações oprimidas, os movimentos nacionais, bem como o desenvolvimento e a consolidação do Estado-nação, ainda desempenham um papel histórico progressivo, na medida em que são dirigidos contra a subjugação imperialista.

Contrariamente a esta verdade marxista básica, a tendência espartaquista defendia que a consolidação e a unificação nacionais são agora reacionárias em todo o lado. Este era um dos pilares políticos da nossa secção sul-africana e um dos pontos centrais de *Polêmicas da esquerda sul-africana*, um dos seus documentos fundadores. Na polémica contra os nacionalistas negros, defendemos que a assimilação nacional foi um desenvolvimento progressivo na Europa durante os séculos XVII-XIX:

> "No entanto, hoje em dia, em África e na Ásia, as fracas burguesias nativas, dependentes e agrilhoadas pelo imperialismo, ***não conseguem*** transformar estes Estados neocoloniais em sociedades industriais modernas. Assim, a 'construção da nação' torna-se sinónimo de opressão dos grupos nacionais e étnicos pelos povos dominantes."
>
> —"Carta ao Movimento Nova Unidade"
> (28 de fevereiro de 1994)

A África do Sul é um país brutalmente oprimido pelo imperialismo, onde uma pequena camarilha de capitalistas brancos domina as massas negras que foram divididas à força em bantustões—territórios criados pelos governantes do apartheid para segregar os negros africanos com base na sua etnia. Tal como no resto do continente, as fronteiras sul-africanas foram artificialmente traçadas pelos opressores coloniais, que criaram um sistema de segregação rígida para controlar a mão de obra negra superexplorada. Opor-se às aspirações dos povos negros africanos à construção de uma nação e à unidade contra a sua divisão forçada era simplesmente reacionário, alinhando-nos com o ***verdadeiro*** "povo dominante": a classe dominante branca sul-africana apoiada pelos imperialistas. A chave para forjar um partido revolucionário na África do Sul é precisamente a luta pela liderança comunista da luta de construção da nação contra a opressão imperialista, expondo como os nacionalistas negros são um obstáculo neste caminho.

No México, para contrariar as ilusões generalizadas sobre Cárdenas e o populismo, a secção da LCI, o Grupo Espartaquista de México (GEM), recorreu a simplesmente denunciar Cárdenas. Atacámo-lo porque "a sua intenção era modernizar o país em benefício da burguesia mexicana" e porque o seu legado "foi a consolidação do regime burguês mexicano" ("México: O homem do NAFTA tem os operários em seu alvo"). O desenvolvimento nacional do México contra a subjugação imperialista, mesmo sob o domínio burguês, é de facto altamente progressivo. A falência de negar isto é, de facto, evidente no nosso próprio artigo. Escrevemos:

> "A famosa 'educação socialista', institucionalizada na Constituição dois meses antes de Cárdenas tomar o poder, não tinha outro objetivo senão o de elevar o nível de educação dos pobres e dos trabalhadores para os tornar mais aptos para o trabalho assalariado e mais produtivos para a burguesia." [Tradução do texto em inglês]

Milhões de operários e camponeses aprenderam a ler e a escrever graças a essa reforma. A ideia de que eles se desvaneceriam das suas ilusões em Cárdenas porque nós assinalámos que a reforma era apenas um estratagema para os tornar "aptos para o trabalho assalariado" é simplesmente grotesca. A única reforma de Cárdenas que não podíamos denunciar era a nacionalização do petróleo e dos caminhos-de-ferro, porque Trotsky a saudava. Argumentámos também que a Revolução Mexicana foi apenas uma orgia de reação e que mesmo a independência do México de Espanha "tinha um cheiro caraterístico de contrarrevolução" (ver a moção da conferência do GEM que desenvolve esta questão em *El Antiimperialista n.* 1, maio de 2023).

Os marxistas apoiam e lutam pelo desenvolvimento nacional das nações subjugadas. Isso inclui a consolidação da unidade nacional na medida em que ela é dirigida contra o imperialismo. Negar a natureza progressiva do desenvolvimento nacional de um país oprimido sob o pretexto de que a burguesia é uma classe reacionária é simplesmente uma capitulação perante o imperialismo. Para contrariar os nacionalistas, os comunistas, mantendo a total independência de classe, devem apoiar medidas progressistas que façam avançar a soberania e o desenvolvimento dos países oprimidos e procurar mobilizar as massas de forma independente para as levar por diante. A ascensão dos trabalhadores e camponeses está destinada a mostrar à vista de todos que nacionalistas como Cárdenas, ou López Obrador hoje, são de facto inimigos da libertação das neocolónias e que as aspirações das massas clamam pela liderança comunista da luta anti-imperialista.

Os trotskistas são os melhores lutadores pela democracia

Um dos exemplos mais flagrantes de contrapor a luta pelo socialismo à luta pela democracia é a linha adoptada pela nossa tendência em 2011, rejeitando a convocação de uma assembleia constituinte como errada em quaisquer circunstâncias (ver "Por que rejeitamos a exigência de uma 'Assembleia Constituinte'", *Spartacist* [edição em inglês] n. 63, inverno 2012-13). Esta posição foi tomada na sequência da Primavera Árabe, quando milhões se revoltaram contra um regime ditatorial de décadas e vários grupos de esquerda exigiram a convocação de assembleias constituintes numa base oportunista. De uma forma rígida e sectária, para compensar a nossa falta de perspetiva das massas árabes, recorremos à denúncia na totalidade da convocação de uma assembleia constituinte, contrapondo... a revolução socialista.

Para compreender o revisionismo profundo desta linha, é necessário compreender o que é a convocação de uma assembleia constituinte. É a convocação de um órgão cujo objetivo é estabelecer uma nova constituição. Como o nosso artigo assinalou, remonta à Revolução Francesa, quando a Assembleia Nacional resolveu as tarefas democráticas centrais—abolição da monarquia, abolição do feudalismo, redistribuição das terras e alargamento do sufrágio masculino. Trata-se, portanto, de uma exigência democrática. Em países de desenvolvimento capitalista tardio, sem democracia formal, onde as massas são privadas de direitos e sofrem sob prolongados regimes ditatoriais ou bonapartistas, como vastas áreas do Próximo-Oriente, África e América Latina, esta exigência anima milhões de pessoas.

No entanto, rejeitámo-la com este argumento:

> "Ao contrário de exigências como a autodeterminação nacional, a igualdade das mulheres, a terra para o lavrador, o sufrágio universal ou a oposição à monarquia—qualquer uma ou todas elas podem ser cruciais para reunir as massas em torno das lutas do proletariado—***a assembleia constituinte não é uma exigência***

> ***democrática mas um apelo a um novo governo capitalista***. Dado o carácter reacionário da burguesia, tanto no mundo semicolonial como nos estados capitalistas avançados, não pode haver um parlamento burguês revolucionário. Assim, o apelo a uma assembleia constituinte é contrário à perspetiva da revolução permanente." [sublinhado nosso, tradução do texto em inglês]

Esta é uma espécie de racionalismo burguês. A partir da premissa correta de que a burguesia é uma classe reacionária do ponto de vista da história mundial, deduzimos o carácter contrarrevolucionário da assembleia constituinte em todos os momentos. É precisamente devido ao carácter reacionário da burguesia que cabe aos comunistas tomar a dianteira na luta pelas aspirações democráticas das massas, a fim de as concretizar. Enquanto as massas olharem para o parlamentarismo burguês e virem numa assembleia constituinte a possibilidade de fazer avançar as suas aspirações, o dever dos revolucionários é entrar nesta luta e estabelecerem-se como os mais consistentes combatentes pela democracia, expondo ao mesmo tempo às massas a falência do parlamentarismo burguês e motivando a necessidade de um governo soviético. Rejeitar a convocação de uma assembleia constituinte é deixar a revolução democrática nas mãos da burguesia, que usará os sentimentos democráticos das massas para subordiná-las aos seus próprios interesses de classe. Como o Programa de Transição de 1938, o programa da Quarta Internacional, explica:

> "É impossível rejeitar pura e simplesmente o programa democrático: é necessário que as proprias massas ultrapassem este programa na luta. A palavra-de-ordem de assembléia nacional (ou constituinte) conserva todo seu valor em países como a China ou a India. É necessário ligar, indissoluvelmente, esta palavra-de-ordem às tarefas de emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, antes de mais nada, armar os operários com esse programa democrático. Somente eles poderão sublevar e reunir os camponeses. Baseados no programa democrático e revolucionário é necessário opor os operários à burguesia 'nacional'.
>
> "Em certa etapa da mobilização das massas sob as palavras-de-ordem da democracia revolucionária, os conselhos podem e devem aparecer."

Mas os espartaquistas queriam ir diretamente aos sovietes, esquecendo no processo a necessidade de unir os operários e os camponeses e de os opor à burguesia nacional!

O argumento mais forte contra a nossa rejeição da convocação de uma assembleia constituinte é a própria Revolução de outubro de 1917. A lógica do nosso argumento significa que os bolcheviques conduziram a primeira revolução operária bem sucedida da história ***apesar de terem apelado*** à criação de "um novo governo capitalista". Tomámos a dissolução da assembleia constituinte pelos bolcheviques ***após*** o estabelecimento do poder soviético como "prova" de que nunca a deveriam ter convocado. Na verdade, a convocação de uma assembleia constituinte desempenhou um papel central na ascensão dos bolcheviques ao poder. Eles utilizaram a convocação para mobilizar o campesinato e expor o Governo Provisório, que sempre procurou adiar a sua convocação. Basta citar o ponto número um das "Teses sobre a Assembleia Constituinte", escritas por Lenin em dezembro de 1917:

> "A reivindicação da convocação da Assembleia Constituinte entrou muito justamente no programa da social-democracia revolucionária, porque numa república burguesa a Assembleia Constituinte é a forma superior do democratismo e porque, ao criar o pré-parlamento, a república imperialista com Kérenski à cabeça preparava uma falsificação das eleições e uma série de violações do democratismo."

Só um formalista poderia ver a convocação de uma assembleia constituinte como uma contraposição aos sovietes de todos os tempos e lugares. Pelo contrário, a convocação de uma assembleia constituinte é uma cunha a ser colocada entre as massas e os seus líderes equivocados, a fim de ganhar as primeiras para a perspetiva do poder soviético. Os bolcheviques dissolveram a assembleia constituinte apenas depois de o poder soviético ter sido estabelecido, ou seja, apenas no momento em que as massas tinham ultrapassado o programa democrático em luta e quando a assembleia se tinha tornado um instrumento contrarrevolucionário.

O argumento central do artigo do *Spartacist* sobre a experiência da China e a convocação de uma assembleia constituinte é uma compilação de calúnias de vários graus. Argumentamos que os escritos de Trotsky entre 1928 e 1932—quando ele levantou novamente a palavra de ordem por uma assembleia constituinte—são "confusos e contraditórios", que ele levantou "erroneamente" essa palavra de ordem, se envolveu em "especulação" e "ignorou os muitos exemplos históricos em que a burguesia e seus agentes reformistas manejaram uma assembleia eleita como uma ferramenta contra um proletariado insurgente". Trotsky lançou este apelo na China após a derrota da Revolução de 1925-27, contra o caminho sectário seguido por Estaline e pelo Comintern. Este apelo foi um meio crucial para restabelecer a autoridade do Partido Comunista da China (PCC) entre as massas trabalhadoras no período da ditadura militar contrarrevolucionária do Guomindang. Trotsky não estava "confuso". Os seus escritos sobre a questão são claros como cristal. De facto, a nossa linha ecoou o Comintern de Estaline de 1928, que chamou oportunista a esta exigência e se recusou a levantá-la.

Esta conferência reafirma que o apelo a uma assembleia constituinte tem princípios. É claro que muitos reformistas abusam deste apelo, usando-o para construir ilusões na democracia burguesa. Este apelo, por si só, não é revolucionário. A sua elevação deve estar ligada a um programa revolucionário que aborde a emancipação nacional e a questão agrária de uma forma que una as massas e as contraponha à burguesia.

A questão nacional e a opressão estalinista

A tendência espartaquista foi confrontada frontalmente com a questão nacional na luta contra a contrarrevolução capitalista no bloco soviético, quando os imperialistas se aproveitaram da opressão da burocracia de Moscovo sobre as nações não russas para fomentar uma série de forças capitalistas-restauracionistas. A LCI se destacou por sua defesa incondicional dos Estados operários degenerados e deformados. No entanto, o seu próprio programa minou esta batalha ao rejeitar a luta contra a opressão nacional como força motriz da revolução política proletária, entregando esta arma aos imperialistas e aos seus agentes no terreno. O exemplo mais antigo e mais claro disto foi a luta nos anos 80 contra o movimento contrarrevolucionário Solidarność na Polónia, que se ergueu e consolidou o apoio na classe trabalhadora em grande parte com base na opressão nacional profundamente sentida pelas massas sob o domínio do Kremlin.

A Polónia tinha sofrido séculos de opressão nacional antes de o exército soviético avançar e criar um Estado operário a partir de cima, através da expropriação da burguesia após a Segunda Guerra Mundial. Essa reviravolta social foi uma grande vitória para os trabalhadores polacos e soviéticos que precisava de ser defendida incondicionalmente contra o imperialismo e a contrarrevolução. No entanto, tal como na Alemanha Oriental e em toda a Europa Oriental, o Estado operário polaco nasceu burocraticamente deformado sob o domínio da burocracia estalinista russa, que prosseguiu a opressão nacional da Polónia sob novas condições sociais. A razão para isto vai diretamente ao coração do programa estalinista de "socialismo num só país". A revolução proletária num país, ou mesmo em vários países, abre o caminho para a verdadeira igualdade nacional e a assimilação das nações. Mas este resultado só será alcançado através da construção e do desenvolvimento de um sistema económico

socialista mundial que finalmente vença o problema da escassez. Opondo-se à luta pela revolução mundial, que é a única forma de atingir essa etapa, os regimes estalinistas, de Moscovo a Pequim, defendem a posição privilegiada da nação dominante nas suas sociedades.

Com a extensão do domínio estalinista à Europa de Leste no pós-guerra, eram agora os "comunistas" que estavam a espezinhar os polacos, os húngaros e outros. Desde o início, os trotskistas precisavam colocar a luta pelos direitos nacionais e pela democracia proletária no centro de seu programa de poder político da classe trabalhadora para defender as conquistas da revolução social e estendê-las internacionalmente. Mas isso é precisamente o que a LCI rejeitou. Em vez de utilizar o sentimento de opressão nacional para motivar a necessidade de revolução política, rejeitámos esses sentimentos como contra-revolucionários até a medula, pintando as expressões de nacionalismo dos oprimidos como anti-semitas, clericais, anti-mulheres, nazis, etc. Isto estava em contradição flagrante com as lições da Hungria em 1956, quando uma revolução política operária em desenvolvimento tomou a forma de um levantamento nacional contra o estalinismo.

Resumindo a perspetiva da LCI à luz da queda da União Soviética, o documento da Conferência Internacional de 1992 afirmava: "O colapso da ordem estalinista pode levar ***a um de dois*** caminhos: ou uma revolução política proletária ou a uma contrarrevolução capitalista, dependendo da consciência política conjuntural da classe trabalhadora—a força relativa das aspirações socialistas contra as ilusões democrático-burguesas e o nacionalismo antissoviético" (*Spartacist* [edição em inglês] n. 47-48, inverno de 1992-93). Esta declaração tomou uma verdade essencial apenas para depois apresentar uma contraposição completa entre a consciência socialista e as aspirações nacional-democráticas. Quando os contra-revolucionários polacos lançaram a sua candidatura ao poder, em 1981, a tendência espartaquista teve razão em exigir: Parem a contrarrevolução Solidarność! A questão era como fazer isso.

O que era necessário era fundir as aspirações socialistas dos trabalhadores e a defesa dos seus direitos nacionais, contra os nacionalistas contra-revolucionários e os estalinistas. Para separar os trabalhadores do Solidarność, os trotskistas precisavam de explicar que o seu programa os levaria diretamente para a escravidão imperialista, aprofundando a sua opressão nacional, destruindo os ganhos sociais resultantes do derrube do capitalismo e destruindo também a perspetiva de unir os trabalhadores polacos e russos numa luta comum contra o desgoverno estalinista. Os trotskistas precisavam de contrapor um programa revolucionário-internacionalista que ligasse o apelo a uma república operária polaca independente com exigências para expulsar Jaruzelski e os burocratas do Kremlin e unir os trabalhadores polacos e soviéticos na luta contra o imperialismo.

Ao recusar-se a assumir a luta contra a opressão nacional, a tendência espartaquista não podia apresentar nada como esta perspetiva defensista revolucionária. Tudo o que podia oferecer às massas que se ressentiam do domínio de Moscovo eram apelos vazios à "unidade histórica" dos trabalhadores polacos e russos, combinados com a confiança na casta burocrática ossificada do Kremlin para defender o Estado operário. À medida que os regimes estalinistas polaco e soviético se movimentavam para travar o Solidarność, a tendência espartaquista virou o defensismo trotskista ao declarar:

> ***"Se os estalinistas do Kremlin, à sua maneira necessariamente brutal e estúpida, intervirem militarmente para o impedir, nós apoiaremos isso.*** E assumimos antecipadamente a responsabilidade por isso; quaisquer que sejam as idiotices e atrocidades que venham a cometer, não hesitaremos em defender o esmagamento da contrarrevolução do Solidariedade."
>
> —"Pare a contrarrevolução do Solidariedade", *Workers Vanguard* n. 289, 25 de setembro de 1981

Tratava-se de uma declaração de apoio político à burocracia estalinista, totalmente oposta à mobilização dos trabalhadores na URSS e na Polónia para arrancar o poder político aos estalinistas, cujo programa minava a defesa de ambos os Estados operários.

Como justificativa "teórica" para sua capitulação ao estalinismo na questão nacional, a LCI declarou repetidamente que a autodeterminação e outras questões democráticas estavam subordinadas à defesa dos estados operários, uma "questão de classe". Para ter certeza, há muitos exemplos históricos de forças apoiadas pelo imperialismo levantando a bandeira nacional-democrática como um ponto de encontro para a contrarrevolução, como os mencheviques fizeram na Geórgia durante a Guerra Civil Russa. Nesses casos, a defesa do Estado operário é a principal necessidade do momento, embora isso não apague a realidade da opressão nacional e a necessidade de a combater. No entanto, a LCI abusou dessa história para rejeitar a luta por direitos democráticos e nacionais nos Estados operários *na sua totalidade*. Isto foi contra a luta de Lenin para eliminar qualquer vestígio do chauvinismo da Grande Rússia no Estado operário soviético. Foi na Geórgia, pouco depois da derrota dos mencheviques, que Lenin travou a sua "última luta", contra Estaline e os seus correligionários, que estavam a espezinhar ferozmente as profundas queixas georgianas contra a opressão russa. No que poderia ter sido uma polémica contra a LCI, Lenin escreveu:

> "Deve ser feita necessariamente uma distinção entre o nacionalismo de uma nação opressora e o de uma nação oprimida, o nacionalismo de uma grande nação e o de uma pequena nação....
>
> "O georgiano [referindo-se a Estaline e Ordzhonikidze] que negligencia este aspeto da questão, ou que lança descuidadamente acusações de 'nacionalismo-socialismo' (quando ele próprio é um verdadeiro e real 'nacionalista-socialista', e até mesmo um vulgar rufia grã-russo), viola, em substância, os interesses da solidariedade de classe proletária, pois nada impede tanto o desenvolvimento e o fortalecimento da solidariedade de classe proletária como a injustiça nacional; os nacionais 'ofendidos' não são tão sensíveis a nada como ao sentimento de igualdade e à violação dessa igualdade pelos seus camaradas proletários, nem que seja por negligência ou por brincadeira. É por isso que, neste caso, é melhor exagerar do que subestimar as concessões e a clemência para com as minorias nacionais. É por isso que, neste caso, o interesse fundamental da solidariedade proletária e, consequentemente, da luta de classe proletária, exige que nunca adoptemos uma atitude formal em relação à questão nacional, mas que tenhamos sempre em conta a atitude específica do proletário da nação oprimida (ou pequena) em relação à nação opressora (ou grande)."
>
> —"A questão das nacionalidades ou da 'autonomização'" (dezembro de 1922) [Tradução do texto em inglês]

Em oposição à luta de Lenin, a lição que a LCI retirou da contrarrevolução foi a de condenar, de forma redobrada, todas as expressões de sentimento nacional nos estados operários como contra-revolucionárias. Este foi o contexto para o documento adotado pelo Comité Executivo Internacional (CEI) em outubro de 1993 repudiando o apelo de Trotsky à independência da Ucrânia soviética (ver "Sobre a defesa de Trotsky de uma Ucrânia soviética independente", *Spartacist* [edição em inglês] n. 49-50, inverno 1993-94). Trotsky apresentou esta questão como um apelo urgente à medida que a Segunda Guerra Mundial se aproximava, com o objetivo de canalizar os justos sentimentos nacionais das massas ucranianas que sofriam uma opressão brutal sob a bota de Estaline para a revolução política na União Soviética e para a revolução socialista nas regiões ocidentais da Ucrânia, então sob domínio capitalista. Exortou explicitamente os bolcheviques-leninistas (trotskistas) a defen-

derem esta causa como necessária para defender e alargar as conquistas de outubro contra os hitleristas e outros defensores contra-revolucionários do nacionalismo ucraniano.

A LCI não quis nada disso. O documento da CEI disfarçava timidamente a sua rejeição do apelo de Trotsky em termos de uma avaliação empírica da situação em 1939—por exemplo, Trotsky "sobrestimou as atitudes anti-soviéticas entre as massas ucranianas", enquanto os nacionalistas ucranianos pró-nazis "nunca foram capazes de ganhar seguidores em massa". Também falsificou flagrantemente a posição de Trotsky, insinuando que ele defendia uma revolução política "nacionalmente limitada à Ucrânia" quando, escrevemos, ela "precisaria ***desde o início de*** se estender, levando a uma luta decisiva contra a burocracia estalinista em toda a URSS". Mas foi precisamente para promover a revolução política na URSS e a revolução socialista no Ocidente que Trotsky exigiu uma Ucrânia soviética independente!

A secção final do documento deixa claro que o objetivo dos seus argumentos tendenciosos era opor-se a ***todas as*** exigências de autodeterminação dirigidas contra a opressão estalinista. O documento observa que os movimentos nacionais que eclodiram nos últimos anos da União Soviética foram "desde o início organizados, promovidos e liderados por forças abertamente pró-capitalistas e pró-imperialistas" e foram "***universalmente*** considerados como um meio para alcançar a restauração do capitalismo e a integração na ordem imperialista ocidental". Mas é ***por essa razão*** que os trotskistas tinham o dever de travar uma luta comunista pelos direitos nacionais dos povos da Europa de Leste e das repúblicas constituintes da União Soviética, procurando libertar as massas de todas as forças pró-imperialistas e ganhá-las para um programa proletário-internacionalista.

É crucial que a LCI reverta seu repúdio ao apelo de Trotsky por uma Ucrânia soviética independente. Não se trata apenas de uma questão de registo histórico. Na China, os imperialistas há muito que se aproveitam da opressão han-chauvinista do PCC sobre os tibetanos, os uigures e outros para promover o derrube desse Estado operário. A abordagem programática de Trotsky é urgentemente necessária para intervir no sentido de canalizar as queixas nacionais dos tibetanos e dos uigures para longe dos reacionários e para a poderosa corrente de oposição proletária ao regime estalinista, defendendo o direito à autodeterminação como uma alavanca para a revolução política, para defender e alargar as conquistas da Revolução de 1949.

Por outro lado, não é suficiente simplesmente denunciar os estalinistas como "nacionalistas", como fazia frequentemente a nossa antiga propaganda; o que é necessário é salientar que só uma direção trotskista pode unir as populações maioritárias e minoritárias numa luta comum contra a opressão nacional, o estalinismo, a contrarrevolução e o imperialismo. As massas chinesas, tal como as dos outros Estados operários deformados que ainda existem, estão economicamente subjugadas pelo imperialismo e estão na mira deles, e o seu nacionalismo é uma reação contra esta opressão. Nestas sociedades, os estalinistas apresentam-se como defensores da nação contra o imperialismo. Mas enquanto a criação de estados operários constituiu passos qualitativos para estabelecer a base para uma genuína libertação nacional, esta libertação tem sido dificultada a cada passo pelas burocracias estalinistas e sua confiança na "coexistência pacífica" com o imperialismo. Em suma, o estalinismo não é um programa para a libertação nacional.

* * *

Em meados dos anos 70, a tendência espartaquista foi desafiada no seu programa sobre a questão nacional e o imperialismo por Edmund Samarakkody do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (RWP) do Sri Lanka. Em cartas substanciais, Samarakkody identificou corretamente as principais deficiências do nosso programa, apontando a nossa incapacidade de distinguir entre nações oprimidas e opressoras, a nossa "***identidade unilateral de interesses entre os imperialistas e a burguesia nativa***" e a nossa negação de que o imperialismo é o "principal inimigo da classe trabalhadora mundial". A sua carta de 1975 explicava:

> ***"A partir da posição leninista-trotskista correcta de que as burguesias nacionais são agentes do imperialismo, a SL [Liga Espartaquista] tira a conclusão errada de que não há contradição entre as burguesias nacionais ou tais governantes feudo-capitalistas e os imperialistas.*** Assim, a SL conclui que o agente do imperialismo—a burguesia nacional—num país oprimido é o próprio imperialismo, e que a única luta nos países coloniais e semi-coloniais é a luta anti-capitalista, que não há luta anti-imperialista."
>
> —"Questão Nacional: RWP-SL/U.S. diferenças", 31 de outubro de 1975, *International Discussion Bulletin* n. 7 (março de 1977)

As conclusões políticas que Samarakkody tirou sobre a Irlanda, Israel, Chipre e o Quebeque estavam erradas, e nós tínhamos outras divergências com o RWP. No entanto, ele estava essencialmente correto na sua crítica ao nosso método nesta questão. O seu desafio era uma oportunidade para a tendência espartaquista se reorientar fundamentalmente, mas, em vez disso, insistimos no nosso rumo revisionista, fechando-nos a uma potencial fusão com este grupo e com o próprio mundo neocolonial.

Só com a luta sobre a questão nacional em 2017 é que este quadro recebeu o seu primeiro golpe (ver *Spartacist* [edição em inglês] n. 65, verão de 2017). Derrubou décadas de propaganda chauvinista no Quebec e em outros lugares e apresentou, pela primeira vez, o entendimento crucial de que a luta pela libertação nacional é uma força motriz para a revolução. Mas o conteúdo político da luta de 2017 foi fundamentalmente defeituoso. Em primeiro lugar, foi moldado pela ilusão de que o líder histórico da nossa tendência, Jim Robertson, tinha uma abordagem correta da questão nacional e, por isso, defendeu muitas posições contrárias à revolução permanente. Em segundo lugar, não se pode falar de "leninismo sobre a questão nacional" sem se colocar a necessidade de uma direção comunista da luta pela libertação nacional. Uma vez que esta questão não desempenhou qualquer papel na luta de 2017, o velho programa foi simplesmente substituído por uma variante do liberalismo mais favorável às nações oprimidas. Finalmente, e mais importante, as discussões que abalaram o partido por mais de seis meses estavam totalmente divorciadas de tudo o que acontecia no mundo na época. Assim, a Sétima Conferência Internacional da LCI não fez nada para guiar o partido em suas intervenções no mundo.

A revisão da revolução permanente pela tendência espartaquista prejudicou todo o nosso trabalho em relação aos países oprimidos. Se revimos e corrigimos tanto da nossa história, é porque essa é uma condição prévia necessária para lutar pela liderança revolucionária na maior parte do mundo. Estamos a deitar fora a nossa lâmina sectária baça e a substituí-la pelo programa afiado do leninismo. A tarefa agora é empunhá-la. Como Trotsky advertiu:

> "Pode ser considerado como uma lei que a organização 'revolucionária' que, na nossa época imperialista, é incapaz de criar as suas raízes nas colónias, está condenada a vegetar miseravelmente."
>
> —"Uma nova lição" (outubro de 1938)

[Tradução do texto em inglês] ■

— Só morte e derrota com o Hamas —

Um caminho revolucionário para a libertação palestina

Suplemento de **Spartacist***, 10 de outubro de 2023.*

Esclareceremos duas coisas. A primeira: os palestinos enfrentam uma opressão nacional brutal e assassinatos indiscriminados por parte do estado de Israel; eles têm todo o direito a se defender, inclusive mediante a força. Em segundo lugar, o assassinato deliberado de civis israelenses pelo Hamas e seus aliados é um crime depreciável, totalmente contraproducente para a libertação palestina. Enquanto a população de Gaza está agora esfomeada e massacrada pelas mãos das Forças de Defesa de Israel (FDI), é urgente que o movimento operário internacional se oponha à ofensiva israelita, mas para que a luta de libertação palestiniana avance e seja vitoriosa, terá de seguir um caminho totalmente diferente de quaisquer propostas existentes, seja o islamismo ou o nacionalismo secular. O que é necessário não é a solidariedade barata oferecida por todo o bando de liberais de esquerda e falsos socialistas, mas sim um caminho revolucionário para a libertação palestina.

Como derrotar o estado sionista

Para derrotar seu inimigo, é necessário explorar seus pontos fracos e neutralizar seus pontos fortes. A resiliência do estado de Israel assenta no fato de que milhões de judeus que moram dentro das suas fronteiras veem-no como a única forma de se defenderem em uma região hostil. Enquanto assim for, os israelenses vão lutar até à morte para defender o estado sionista. Isto fazia parte do plano desde que o imperialismo britânico decidiu apoiar o projeto sionista. Hoje, os Estados Unidos e Israel asseguram os seus interesses no Oriente Médio violando os direitos nacionais do povo palestino e fomentando um estado permanente de hostilidade entre judeus e muçulmanos. A combinação de uma população militarizada e o respaldo imperialista dá ao estado israelense a sua força e uma aparência de invencibilidade.

Mas esta estrutura é frágil e é mantida apenas pela mentalidade de assédio promovida pela classe dominante. O ponto fraco é precisamente o fato de se tratar de um estado teocrático militarizado, liderado por uma camarilha cada vez mais extrema de fanáticos corruptos. Os trabalhadores israelenses enfrentam conscrição, arregimentação religiosa, condições brutais de trabalho e de vida. Qualquer resistência a este estado de coisas é considerada traição contra os judeus. Esta situação cria profundas divisões raciais, sociais e políticas em Israel, que devem ser exploradas para quebrar o estado sionista e libertar os palestinos.

A estratégia de *jihad* seguida pelo Hamas não faz nada disso e somente intensifica os pontos fortes de Israel. Ao visar civis israelenses, o Hamas apenas conseguiu agrupar todos os israelenses ao redor do governo odiado de Netanyahu, garantindo assim a unidade de toda a sociedade por trás da sangrenta resposta militar contra Gaza. Um confronto militar nestas condições só trará a derrota e inúmeras mortes ao povo palestino. Não haverá vitória possível sem quebrar a ligação entre os trabalhadores judeus e a sua burguesia, e isto não se pode realizar se não reconhecermos o direito democrático do povo judeu israelense de morar como uma nação em Israel/Palestina.

Os islamistas e nacionalistas palestinos sempre estão presos entre duas alternativas: ou dirigir a sua luta contra o povo judeu inteiro em Israel, ou aceitar a coabitação com o estado sionista. Ambos são becos sem saída. A chave é empurrar um calço entre o povo israelense e o estado teocrático. Isto só pode ser feito com uma estratégia militar e política marxista, baseada no entendimento de que o conflito entrelaçado de classes e nações não pode ser resolvido dentro das fronteiras da propriedade privada. Só a partir daí será possível desenvolver um programa que corresponda aos interesses tanto dos palestinos quanto da classe operária israelense.

Tomemos a questão da terra. Os palestinos pretendem, com razão, a restituição do crime histórico de que foram vítimas. No quadro das estruturas sociais existentes, isto é impossível de conciliar com o direito do povo judeu de reter a terra onde moraram, em muitos casos, por gerações. Mas Israel, como todas as sociedades capitalistas, é extremamente desigual. A maioria das terras e propriedades são controladas por uma pequena fração da população, enquanto a maioria luta por sobreviver. Ao expropriar esta camada parasitária, é possível começar a fazer justiça aos palestinos e a melhorar as condições de vida dos trabalhadores judeus.

A nível militar, deve ser exercida a máxima pressão sobre as FDI para mostrar à sociedade israelense que a opressão dos palestinos tem um custo insuportável. Lançar às cegas mísseis contra cidades israelenses só fortalece a vontade das tropas para lutar. Pelo contrário, toda a população palestina deve ser mobilizada para se opor a cada centímetro de invasão territorial e quebrar o assédio de Gaza e da Cisjordânia.

Mas a resistência armada por si só não pode levar à vitória: deve ser combinada com uma perspectiva de luta de classes dentro de Israel. Isso requer lutar pela libertação econômica dos operários contra a discriminação racial dos árabes e dos judeus não-brancos, e pela separação da religião e o estado. ***Devemos*** estabelecer a ligação entre estas lutas e a luta para quebrar o principal obstáculo a todo o progresso social: a opressão dos palestinos por parte de Israel. A tarefa fundamental dos revolucionários em Israel é precisamente lutar por que o movimento operário assuma a causa da libertação da Palestina e lute contra os líderes trabalhistas sionistas.

É crucial que a luta de classes nas cidades seja levada a cabo dentro do exército israelense com a perspectiva de dividi-lo. As FDI estão esmagadoramente compostas de recrutas que são obrigados a cumprir o serviço militar. Se o serviço militar deixe de ser considerado vital para a sobrevivência do povo judeu; se o custo da opressão do povo palestino se tornar maior; e se o

conflito dentro de Israel atingir o ponto de ruptura, o exército israelense pode e irá fraturar-se.

Mais de 75 anos de história brutal ligaram inextricavelmente o destino dos judeus israelenses e dos palestinos. A libertação da Palestina exige a quebra do estado sionista, o que é impossível sem a libertação da classe operária israelense. Por sua vez, para melhorar a situação econômia, democrática e social dos operários israelenses, e para garantir a sua existência no Oriente Médio, é necessário pôr fim à opressão da Palestina, que é o próprio fundamento do estado sionista.

Como derrotar o imperialismo

Israel é apoiado pelos Estados Unidos e por todas as outras potências imperialistas como se pode ver novamente com o seu apoio incondicional ao ataque a Gaza. A libertação dos palestinos requer, portanto, uma estratégia para confrontar e derrotar o imperialismo no Oriente Médio, e em última instância, no mundo inteiro. Mas os nacionalistas são totalmente incapazes de fazer isto, porque ou têm fé na ONU e na "comunidade internacional" ou porque confiam em que os estados árabes farão recuar os EE.UU.

A ONU é uma cova de ladrões dominada pelos Estados Unidos e pelas "grandes" potências, que são eles próprios responsáveis pelo desmembramento da Palestina e pela sua opressão contínua. O consenso entre os imperialistas é totalmente pró-Israel. Mesmo que negociassem um cessar-fogo ou um acordo de paz, isso necessariamente refletiria os seus interesses, que são manter o estado sionista como o seu posto avançado na região. Qualquer estratégia baseada nos ladrões que dominam o mundo, seja a da OLP ou a campanha BDS [boicote, desinvestimento e sanções] só pode agravar a opressão da Palestina e levar à derrota.

Quanto aos estados muçulmanos, desde o Egito, a Jordânia o Líbano até o Irã, eles esfaquearam Palestina pelas costas centenas de vezes por causa dos seus próprios interesses oportunistas. Os xeiques, ditadores e mulás que dominam o mundo muçulmano somente "defendem" a Palestina na medida em que isso esteja de acordo com os seus próprios objetivos econômicos e militares e fortaleça as suas próprias posições. Qualquer estratégia que ligue a luta pela libertação palestina a estas forças terminará necessariamente em traição.

O que é necessário é uma estratégia baseada não na "comunidade internacional" dos imperialistas e dos amos capitalistas regionais, mas na mobilização da ***classe operária internacional*** contra todas as potências imperialistas e capitalistas. O que é necessário é uma aliança dos operários e os camponeses ao longo do Oriente Médio para jogar fora o imperialismo estadunidense e libertar a região inteira. Isto inclui os operários judeus israelenses, que não têm nenhum interesse em continuar a servir como peões para os EE.UU. Além disso, os lutadores da Palestina devem construir uma frente internacional com organizações operárias estadunidenses, britânicas, francesas e alemãs para deter o fornecimento de armas a Israel. Esses operários são os que transportam as armas. E as suas lutas são a melhor maneira de enfraquecer o imperialismo e fazer avançar a causa da libertação palestina.

Mas os pan-islamistas e os nacionalistas rejeitam precisamente estes aliados, os mais confiáveis. Ao se aliarem aos amos árabes, aliam-se aos exploradores das massas árabes. E os operários estadunidenses e europeus, incluindo os operários judeus, nunca vão ser ganhos a uma luta travada sob a bandeira islâmica e pela destruição dos israelenses.

Torcedores socialistas do Hamas

Após a ofensiva do Hamas contra Israel em outubro 7, a mídia pró-Israel desencadeou uma campanha de propaganda massiva para justificar a sangrenta retaliação militar de Israel e para encobrir a opressão palestina. Para rebaterem esta campanha, os supostos comunistas e socialistas desde o Socialist Workers Party na Grã Bretanha até o Partido Comunista da Grécia tem varrido para debaixo do tapete a pontaria criminosa de civis pelo Hamas em nome do direito da Palestina de se defender.

Com esas posições, não só arrastam o nome do comunismo para a lama associando-o aos crimes do Hamas, como também aceitam o fato de que o povo palestino continue a ser liderado por esses carniceiros fanáticos islâmicos. Os esquerdistas sabem muito bem que o Hamas não trará a libertação para a Palestina, mas isso não os impede de permanecerem calados sobre o assunto, por solidariedade liberal barata.

Toda a estratégia do Hamas é provocar uma forte reação israelita, o que equivale a colocar um colete-de-suicídio em Gaza. Devemos defender inequivocamente Gaza contra a retaliação sangrenta de Israel e ao mesmo tempo devemos rejeitar esta estratégia desastrosa.

Alguns grupos de esquerda como o Left Voice, seção estadunidense da Fração Trotskista [Esquerda Diário no Brasil], sussurram no final do seu artigo que "Estamos ao lado da resistência do povo palestino, sem que isso implique compartilhar da estratégia e dos métodos do Hamas, que visa estabelecer um Estado teocrático" (7 de outubro). Dito isto, nada do que escrevem visa romper o domínio do nacionalismo e do islamismo na luta da libertação da Palestina. Tal como a maior parte da esquerda, fazem o papel de torcedores liberais que não podem criticar os grupos oprimidos, mesmo quando são levados para o abismo.

O papel da esquerda pseudo-socialista é tanto mais desprezível quanto os palestinos necessitam cada vez mais de um caminho viável para a sua libertação. O ritmo dos acontecimentos está se apressando, conduzindo a um nível de carnificina e de reação não visto há várias décadas. Se os socialistas não lutarem por uma solução revolucionária para este conflito, o desespero crescente do povo palestino será encaminhado mais uma vez aos braços da reação islâmica, enquanto os judeus serão empurrados cada vez mais para os braços do sionismo. Esta horrível espiral reacionária não ficará nas fronteiras de Israel e da Palestina, mas se espalhará muito mais no Oriente Médio e em todo o mundo. A tarefa urgente para os socialistas é romper este ciclo.

Defender Gaza!
Israel, fora da Cisjordânia e das Colinas de Golã!
Pela federação socialista do Oriente Médio!

Em defesa da revolução permanente

Pela liderança comunista da luta anti-imperialista!

Fotos: Joe/AFP; recuadro: Basil Blackwell, Inc.

Greve dos mineiros sul-africanos, Marikana, 2014. Inserida: o líder bolchevique Leon Trotsky, que desenvolveu o programa da revolução permanente, dirigindo-se aos soldados do Exército Vermelho em 1920.

O QUE É A REVOLUÇÃO PERMANENTE?

O documento que se segue foi adotado pela Oitava Conferência Internacional da LCI.

A época do imperialismo é caracterizada pela divisão do mundo entre um grande número de países oprimidos e um punhado de países opressores que são económica e militarmente dominantes. A atual situação mundial é caracterizada pela hegemonia do imperialismo americano que, em aliança com as outras potências imperialistas (Alemanha, Grã-Bretanha, França, Japão), subjuga a enorme massa da população mundial através da exportação de capital financeiro. Os velhos tempos dos impérios coloniais, com a sua pilhagem nua e crua das colónias, cederam o seu lugar à pilhagem de países formalmente independentes, mas que na realidade são neocolónias ou estados dependentes mantidos em cativeiro pela chantagem económica e militar das "grandes" potências.

Na maioria dos países da África, Ásia, América Latina e Europa de Leste, não é a burguesia nacional mas os imperialistas que controlam e ditam todos os aspectos da vida económica e política, obstruindo e impedindo o desenvolvimento económico, nacional e cultural. Os empréstimos, a espoliação dos recursos naturais, a mão de obra barata, a política monetária, etc., são todos meios através dos quais a oligarquia financeira e os monopólios imperialistas reforçam o seu domínio, cobram impostos a toda a sociedade e mantêm estes países num estado de miséria.

Continuado na página 16